

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	8
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	17
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	86
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	87
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	89
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	91

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	492.577
Preferenciais	0
Total	492.577
Em Tesouraria	
Ordinárias	30
Preferenciais	0
Total	30

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	15.836.000	18.353.000
1.01	Ativo Circulante	4.378.000	5.489.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	637.000	1.751.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	23.000	24.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	23.000	24.000
1.01.03	Contas a Receber	247.000	268.000
1.01.03.01	Clientes	165.000	199.000
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	82.000	69.000
1.01.04	Estoques	1.816.000	1.963.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	797.000	687.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	858.000	796.000
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	343.000	370.000
1.01.08.03	Outros	515.000	426.000
1.01.08.03.03	Créditos com Outras Partes Relacionadas - CP	54.000	54.000
1.01.08.03.04	Outros Ativos Circulantes	447.000	362.000
1.01.08.03.06	Créditos com Controladas	14.000	10.000
1.02	Ativo Não Circulante	11.458.000	12.864.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.432.000	4.783.000
1.02.01.04	Contas a Receber	764.000	838.000
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	764.000	838.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.679.000	1.671.000
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.000	5.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.988.000	2.269.000
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	1.541.000	1.877.000
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	310.000	220.000
1.02.01.10.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	36.000
1.02.01.10.07	Outros ativos não circulantes	137.000	136.000
1.02.02	Investimentos	361.000	391.000
1.02.02.01	Participações Societárias	361.000	391.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	361.000	391.000
1.02.03	Imobilizado	5.801.000	6.134.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.836.000	3.026.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	2.965.000	3.108.000
1.02.04	Intangível	864.000	1.556.000
1.02.04.01	Intangíveis	864.000	1.556.000
1.02.04.01.02	Intangíveis	864.000	1.277.000
1.02.04.01.03	Direito de Uso Intangível	0	279.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	15.836.000	18.353.000
2.01	Passivo Circulante	8.503.000	6.829.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	337.000	318.000
2.01.02	Fornecedores	2.054.000	3.315.000
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.054.000	3.315.000
2.01.02.01.01	Fornecedores	2.026.000	2.933.000
2.01.02.01.02	Fornecedores convênio	28.000	382.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	507.000	368.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.329.000	1.700.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.229.000	1.057.000
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	17.000	19.000
2.01.05.02	Outros	1.212.000	1.038.000
2.01.05.02.08	Financiamento por Compra de Ativos	67.000	80.000
2.01.05.02.09	Receitas a Apropriar	22.000	25.000
2.01.05.02.12	Outros passivos circulantes	619.000	474.000
2.01.05.02.17	Passivo de Arrendamento	504.000	459.000
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	47.000	71.000
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	47.000	71.000
2.02	Passivo Não Circulante	6.924.000	9.418.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	2.402.000
2.02.02	Outras Obrigações	4.878.000	4.921.000
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	245.000	206.000
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	245.000	206.000
2.02.02.02	Outros	4.633.000	4.715.000
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	859.000	623.000
2.02.02.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	69.000	76.000
2.02.02.02.07	Outros passivos não circulantes	78.000	106.000
2.02.02.02.09	Passivo de Arrendamento	3.627.000	3.910.000
2.02.04	Provisões	2.018.000	2.057.000
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	28.000	38.000
2.03	Patrimônio Líquido	409.000	2.106.000
2.03.01	Capital Social Realizado	2.511.000	2.511.000
2.03.02	Reservas de Capital	-69.000	-60.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	25.000	43.000
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	-94.000	-103.000
2.03.04	Reservas de Lucros	190.000	189.000
2.03.04.01	Reserva Legal	190.000	190.000
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	-1.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.222.000	-533.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.000	-1.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.192.000	8.529.000	4.641.000	9.377.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.928.000	-5.959.000	-3.389.000	-6.833.000
3.03	Resultado Bruto	1.264.000	2.570.000	1.252.000	2.544.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.082.000	-2.753.000	-1.108.000	-2.351.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-755.000	-1.527.000	-760.000	-1.522.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-109.000	-236.000	-131.000	-302.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-239.000	-1.036.000	-250.000	-588.000
3.04.05.01	Depreciação / Amortização	-210.000	-461.000	-260.000	-514.000
3.04.05.03	Outras Despesas Operacionais	-29.000	-575.000	10.000	-74.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	21.000	46.000	33.000	61.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	182.000	-183.000	144.000	193.000
3.06	Resultado Financeiro	-389.000	-784.000	-321.000	-655.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-207.000	-967.000	-177.000	-462.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	4.000	-582.000	1.000	193.000
3.08.01	Corrente	-1.000	-590.000	0	-3.000
3.08.02	Diferido	5.000	8.000	1.000	196.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-203.000	-1.549.000	-176.000	-269.000
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-49.000	-140.000	-40.000	-116.000
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-49.000	-140.000	-40.000	-116.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-252.000	-1.689.000	-216.000	-385.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,50101	-3,42891	-0,44071	-0,78554
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,50101	-3,42891	-0,44071	-0,78554

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	-252.000	-1.689.000	-216.000	-385.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.000	0	0	1.000
4.02.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.000	0	0	1.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	-253.000	-1.689.000	-216.000	-384.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-533.000	-159.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	293.000	486.000
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	-1.689.000	-385.000
6.01.01.02	Imposto de renda diferido (Nota 19.5)	-8.000	-196.000
6.01.01.03	Perda (ganho) na alienação do imobilizado	696.000	44.000
6.01.01.04	Depreciação / amortização	516.000	568.000
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	680.000	557.000
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial (Nota 13.1)	-46.000	-61.000
6.01.01.08	Provisão para demandas judiciais	318.000	144.000
6.01.01.09	Provisão para baixas e perdas	27.000	0
6.01.01.10	Pagamento baseado em ações	-9.000	10.000
6.01.01.11	Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	0	2.000
6.01.01.13	Provisão para obsolescência e quebra (Nota 10.1)	-17.000	-18.000
6.01.01.14	Outras despesas operacionais	0	-109.000
6.01.01.15	Receita a apropriar	0	-14.000
6.01.01.16	Perda (ganho) na baixa de passivo de arrendamento (Nota 21.2)	-156.000	-56.000
6.01.01.18	Perda (ganho) na venda de subsidiárias	-19.000	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-826.000	-645.000
6.01.02.01	Contas a receber	10.000	119.000
6.01.02.02	Estoques	165.000	103.000
6.01.02.03	Tributos a recuperar	226.000	334.000
6.01.02.04	Outros ativos	-23.000	-104.000
6.01.02.05	Partes relacionadas	47.000	-17.000
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-87.000	106.000
6.01.02.07	Fornecedores	-887.000	-621.000
6.01.02.08	Salários e encargos sociais	19.000	-56.000
6.01.02.09	Impostos e contr. sociais a recolher	353.000	-67.000
6.01.02.10	Demandas judiciais	-398.000	-381.000
6.01.02.11	Receita Diferida	-21.000	-2.000
6.01.02.12	Demais contas a pagar	60.000	26.000
6.01.02.15	Dividendos recebidos e JSCP	64.000	17.000
6.01.02.16	Fornecedores - Convênio	-354.000	-102.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-79.000	-323.000
6.02.02	Aquisição de bens do ativo imobilizado (Nota 14.2)	-128.000	-300.000
6.02.03	Aumento do ativo intangível (Nota 15)	-24.000	-47.000
6.02.04	Venda de bens do imobilizado	13.000	25.000
6.02.08	Caixa na desconsolidação da Stix	60.000	0
6.02.11	Aplicação financeira	0	-1.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-502.000	-405.000
6.03.02	Captações e refinanciamento (Nota 16.2)	0	669.000
6.03.03	Pagamentos de empréstimos e financiamentos (Nota 16.2)	0	-427.000
6.03.04	Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos (Nota 16.2)	-48.000	-166.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.03.09	Pagamentos de passivo de arrendamento e juros (Nota 21.2)	-441.000	-445.000
6.03.11	Outros (Nota 21.2)	-13.000	-36.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.114.000	-887.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.751.000	2.106.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	637.000	1.219.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.511.000	-60.000	189.000	-533.000	-1.000	2.106.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.511.000	-60.000	189.000	-533.000	-1.000	2.106.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-9.000	1.000	0	0	-8.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-9.000	0	0	0	-9.000
5.04.16	Outros	0	0	1.000	0	0	1.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.689.000	0	-1.689.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.689.000	0	-1.689.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.511.000	-69.000	190.000	-2.222.000	-1.000	409.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.511.000	-63.000	479.000	0	-1.000	2.926.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.511.000	-63.000	479.000	0	-1.000	2.926.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	10.000	1.000	0	0	11.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	10.000	0	0	0	10.000
5.04.16	Outros	0	0	1.000	0	0	1.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-385.000	1.000	-384.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-385.000	0	-385.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.000	1.000
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.000	1.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.511.000	-53.000	480.000	-385.000	0	2.553.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	9.793.000	10.174.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.463.000	10.087.000
7.01.02	Outras Receitas	330.000	87.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.646.000	-7.687.000
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-5.711.000	-6.615.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.908.000	-1.072.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-27.000	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.147.000	2.487.000
7.04	Retenções	-514.000	-566.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-514.000	-566.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.633.000	1.921.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-27.000	96.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	46.000	61.000
7.06.02	Receitas Financeiras	67.000	151.000
7.06.03	Outros	-140.000	-116.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.606.000	2.017.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.606.000	2.017.000
7.08.01	Pessoal	1.158.000	1.354.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	714.000	785.000
7.08.01.02	Benefícios	160.000	140.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	79.000	73.000
7.08.01.04	Outros	205.000	356.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.275.000	239.000
7.08.02.01	Federais	638.000	-93.000
7.08.02.02	Estaduais	574.000	288.000
7.08.02.03	Municipais	63.000	44.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	862.000	809.000
7.08.03.01	Juros	855.000	804.000
7.08.03.02	Aluguéis	7.000	5.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.689.000	-385.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.689.000	-385.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	15.561.000	18.426.000
1.01	Ativo Circulante	4.398.000	5.860.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	646.000	1.990.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	23.000	24.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	23.000	24.000
1.01.03	Contas a Receber	256.000	355.000
1.01.03.01	Clientes	170.000	285.000
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	86.000	70.000
1.01.04	Estoques	1.816.000	1.963.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	811.000	736.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	846.000	792.000
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	343.000	373.000
1.01.08.03	Outros	503.000	419.000
1.01.08.03.03	Créditos com Partes Relacionadas - CP	54.000	54.000
1.01.08.03.04	Outros Ativos Circulantes	449.000	365.000
1.02	Ativo Não Circulante	11.163.000	12.566.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.476.000	4.807.000
1.02.01.04	Contas a Receber	764.000	838.000
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	764.000	838.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.689.000	1.691.000
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.000	5.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.022.000	2.273.000
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	1.572.000	1.878.000
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	313.000	223.000
1.02.01.10.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	36.000
1.02.01.10.07	Outros ativos não circulantes	137.000	136.000
1.02.03	Imobilizado	5.801.000	6.136.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.836.000	3.027.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	2.965.000	3.109.000
1.02.04	Intangível	886.000	1.623.000
1.02.04.01	Intangíveis	886.000	1.623.000
1.02.04.01.02	Intangíveis	886.000	1.344.000
1.02.04.01.03	Direito de Uso Intangível	0	279.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	15.561.000	18.426.000
2.01	Passivo Circulante	8.470.000	7.084.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	337.000	335.000
2.01.02	Fornecedores	2.022.000	3.396.000
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.022.000	3.396.000
2.01.02.01.01	Fornecedores	1.994.000	3.014.000
2.01.02.01.02	Fornecedores convênio	28.000	382.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	510.000	378.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.329.000	1.700.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.222.000	1.197.000
2.01.05.02	Outros	1.222.000	1.197.000
2.01.05.02.08	Financiamento por Compra de Ativos	67.000	80.000
2.01.05.02.09	Receitas a Apropriar	22.000	161.000
2.01.05.02.12	Outros passivos circulantes	629.000	497.000
2.01.05.02.17	Passivo de Arrendamento	504.000	459.000
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	50.000	78.000
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	50.000	78.000
2.02	Passivo Não Circulante	6.682.000	9.218.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	2.402.000
2.02.02	Outras Obrigações	4.632.000	4.716.000
2.02.02.02	Outros	4.632.000	4.716.000
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	859.000	623.000
2.02.02.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	69.000	76.000
2.02.02.02.07	Outros passivos não circulantes	77.000	106.000
2.02.02.02.09	Passivo de Arrendamento	3.627.000	3.911.000
2.02.04	Provisões	2.022.000	2.062.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.022.000	2.062.000
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	28.000	38.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	409.000	2.124.000
2.03.01	Capital Social Realizado	2.511.000	2.511.000
2.03.02	Reservas de Capital	-69.000	-60.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	25.000	43.000
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	-94.000	-103.000
2.03.04	Reservas de Lucros	190.000	189.000
2.03.04.01	Reserva Legal	190.000	190.000
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	-1.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.222.000	-533.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.000	-1.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	18.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.228.000	8.602.000	4.676.000	9.443.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.939.000	-5.982.000	-3.396.000	-6.848.000
3.03	Resultado Bruto	1.289.000	2.620.000	1.280.000	2.595.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.110.000	-2.813.000	-1.142.000	-2.418.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-757.000	-1.531.000	-760.000	-1.525.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-126.000	-269.000	-146.000	-331.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-246.000	-1.048.000	-255.000	-598.000
3.04.05.01	Depreciação / Amortização	-217.000	-473.000	-265.000	-523.000
3.04.05.03	Outras Despesas Operacionais	-29.000	-575.000	10.000	-75.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	19.000	35.000	19.000	36.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	179.000	-193.000	138.000	177.000
3.06	Resultado Financeiro	-385.000	-766.000	-304.000	-622.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-206.000	-959.000	-166.000	-445.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.000	-589.000	-9.000	178.000
3.08.01	Corrente	-2.000	-595.000	-7.000	-14.000
3.08.02	Diferido	5.000	6.000	-2.000	192.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-203.000	-1.548.000	-175.000	-267.000
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-49.000	-139.000	-40.000	-116.000
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-49.000	-139.000	-40.000	-116.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-252.000	-1.687.000	-215.000	-383.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-252.000	-1.689.000	-216.000	-385.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	2.000	1.000	2.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,50101	-3,42891	-0,44071	-0,78554
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,50101	-3,42891	-0,44071	-0,78554

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-252.000	-1.687.000	-215.000	-383.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.000	0	0	1.000
4.02.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.000	0	0	1.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-253.000	-1.687.000	-215.000	-382.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-253.000	-1.689.000	-216.000	-384.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	2.000	1.000	2.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-613.000	-124.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	309.000	526.000
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	-1.687.000	-383.000
6.01.01.02	Imposto de renda diferido (Nota 19.5)	-6.000	-192.000
6.01.01.03	Perda (ganho) na alienação do imobilizado	692.000	45.000
6.01.01.04	Depreciação / amortização	526.000	578.000
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	675.000	557.000
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial (Nota 13.1)	-35.000	-36.000
6.01.01.08	Provisão para demandas judiciais	318.000	144.000
6.01.01.09	Provisão para baixas e perdas	27.000	0
6.01.01.10	Pagamento baseado em ações	-9.000	10.000
6.01.01.11	Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	0	2.000
6.01.01.13	Provisão para obsolescência e quebra (Nota 10.1)	-17.000	-18.000
6.01.01.14	Outras despesas operacionais	0	-109.000
6.01.01.15	Receita a apropriar	0	-15.000
6.01.01.16	Perda (ganho) na baixa de passivo de arrendamento (Nota 21.2)	-156.000	-57.000
6.01.01.18	Perda (ganho) na venda de subsidiárias	-19.000	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-922.000	-650.000
6.01.02.01	Contas a receber	52.000	114.000
6.01.02.02	Estoques	166.000	103.000
6.01.02.03	Tributos a recuperar	226.000	332.000
6.01.02.04	Outros ativos	-26.000	-99.000
6.01.02.05	Partes relacionadas	14.000	-10.000
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-87.000	107.000
6.01.02.07	Fornecedores	-906.000	-631.000
6.01.02.08	Salários e encargos sociais	12.000	-64.000
6.01.02.09	Impostos e contr. sociais a recolher	353.000	-73.000
6.01.02.10	Demandas judiciais	-398.000	-381.000
6.01.02.11	Receita Diferida	-93.000	18.000
6.01.02.12	Demais contas a pagar	60.000	22.000
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social, pagos	-5.000	-3.000
6.01.02.15	Dividendos recebidos e JSCP	64.000	17.000
6.01.02.16	Fornecedores - Convênio	-354.000	-102.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-229.000	-332.000
6.02.02	Aquisição de bens do ativo imobilizado (Nota 14.2)	-128.000	-300.000
6.02.03	Aumento do ativo intangível (Nota 15)	-35.000	-56.000
6.02.04	Venda de bens do imobilizado	19.000	25.000
6.02.06	Caixa líquido de aquisição e reorganização societária	0	-2.000
6.02.08	Caixa na desconsolidação da Stix	-85.000	0
6.02.10	Caixa Líquido de Incorporações	0	2.000
6.02.11	Aplicação financeira	0	-1.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-502.000	-406.000
6.03.02	Captações e refinanciamento (Nota 16.2)	0	669.000
6.03.03	Pagamentos de empréstimos e financiamentos (Nota 16.2)	0	-427.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.03.04	Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos (Nota 16.2)	-48.000	-166.000
6.03.09	Pagamentos de passivo de arrendamento e juros (Nota 21.2)	-441.000	-446.000
6.03.11	Outros (Nota 21.2)	-13.000	-36.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.344.000	-862.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.990.000	2.631.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	646.000	1.769.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.511.000	-60.000	189.000	-533.000	-1.000	2.106.000	18.000	2.124.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.511.000	-60.000	189.000	-533.000	-1.000	2.106.000	18.000	2.124.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-9.000	1.000	0	0	-8.000	-20.000	-28.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-9.000	0	0	0	-9.000	0	-9.000
5.04.09	Desconsolidação Stix	0	0	0	0	0	0	-20.000	-20.000
5.04.16	Outros	0	0	1.000	0	0	1.000	0	1.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.689.000	0	-1.689.000	2.000	-1.687.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.689.000	0	-1.689.000	2.000	-1.687.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.511.000	-69.000	190.000	-2.222.000	-1.000	409.000	0	409.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.511.000	-63.000	479.000	0	-1.000	2.926.000	9.000	2.935.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.511.000	-63.000	479.000	0	-1.000	2.926.000	9.000	2.935.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	10.000	1.000	0	0	11.000	0	11.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	10.000	0	0	0	10.000	0	10.000
5.04.16	Outros	0	0	1.000	0	0	1.000	0	1.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-385.000	1.000	-384.000	2.000	-382.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-385.000	0	-385.000	2.000	-383.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.000	1.000	0	1.000
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.000	1.000	0	1.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.511.000	-53.000	480.000	-385.000	0	2.553.000	11.000	2.564.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	9.870.000	10.244.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.542.000	10.158.000
7.01.02	Outras Receitas	328.000	86.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.688.000	-7.721.000
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-5.724.000	-6.630.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.937.000	-1.091.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-27.000	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.182.000	2.523.000
7.04	Retenções	-524.000	-576.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-524.000	-576.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.658.000	1.947.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-24.000	106.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	35.000	36.000
7.06.02	Receitas Financeiras	80.000	186.000
7.06.03	Outros	-139.000	-116.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.634.000	2.053.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.634.000	2.053.000
7.08.01	Pessoal	1.179.000	1.372.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	728.000	797.000
7.08.01.02	Benefícios	162.000	142.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	80.000	74.000
7.08.01.04	Outros	209.000	359.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.286.000	255.000
7.08.02.01	Federais	651.000	-75.000
7.08.02.02	Estaduais	572.000	286.000
7.08.02.03	Municipais	63.000	44.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	856.000	809.000
7.08.03.01	Juros	849.000	804.000
7.08.03.02	Aluguéis	7.000	5.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.687.000	-383.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.689.000	-385.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	2.000	2.000

Comentário do Desempenho



RELEASE DE
RESULTADOS
2T26

04 de agosto de 2026



Teleconferência sobre
os Resultados do 2T26

Quarta-feira

05 de agosto de 2026

9h00 (horário de Brasília)

8h00 (NY)

13h00 (Londres)

Português/Inglês

(idioma original/tradução simultânea)

Videoconferência: www.gpari.com.br

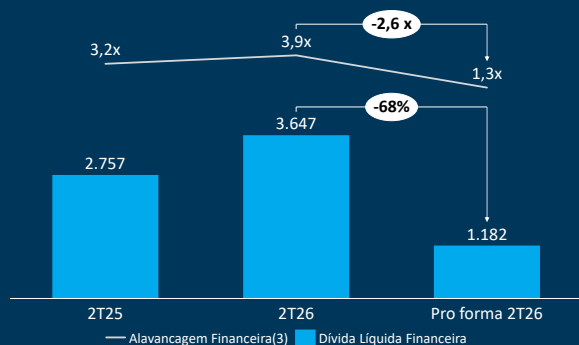
Replay: www.gpari.com.br

São Paulo, 04 de agosto de 2026. O GPA (B3: PCAR3) anuncia o resultado do 2º trimestre de 2026. Os comentários a seguir são preliminares e sujeitos a auditoria independente em continuidade, com a adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2), e incluem comparações relativas ao mesmo período de 2025, exceto onde indicado de outra forma.

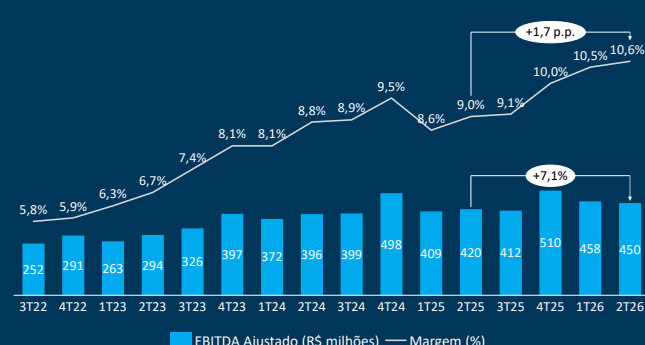
Priorização de rentabilidade e redução do endividamento⁽¹⁾ pós conclusão da recuperação extrajudicial⁽²⁾

- Margem EBITDA Ajustado avançou 1,7 p.p. na comparação anual, refletindo o plano de eficiência
- Dívida Líquida pro forma⁽¹⁾ apresenta redução de R\$ 2,5 bilhões, representando queda de 68%
- Alavancagem⁽³⁾ pro forma⁽¹⁾ recua de 3,9x para 1,3x no 2T26
- Melhora do Fluxo de Caixa Livre⁽⁴⁾ LTM em R\$ 269 milhões na comparação com o LTM 2T25

Dívida Líquida⁽¹⁾ e Alavancagem⁽³⁾ pro forma



EBITDA Ajustado



Vendas

Atuação diligente na relação comercial reduz impactos advindos da recuperação extrajudicial

- ° Vendas totais recuaram 7,0% na comparação com 2T25, decorrente da descontinuação do formato Aliados e da parceria de fulfillment nos centros de distribuição
- ° Em vendas mesmas lojas⁽⁵⁾, houve retração de 0,8% vs. ano anterior, concentrado nos dois primeiros meses do 2T26, refletindo período mais intenso da RE
- ° Mês de junho apresentou crescimento de vendas, com contribuição da Copa do Mundo



Margem Bruta

Avanço de rentabilidade pela priorização de canais mais rentáveis e melhora na margem bruta pela nova sistemática do ICMS

- ° Margem bruta atinge 30,5% e avança 3,1 p.p. quando comparado com o 2T25
- ° Crescimento impulsionado pela descontinuação de formato Aliados, impacto ICMS e melhor mix de vendas no e-commerce



Plano de Eficiência

Disciplina financeira e avanço na captura de eficiências operacionais

- ° Capex do 1S26 totalizou R\$ 162 milhões (-55%), redução que nos posiciona no patamar de R\$ 300 a R\$ 350 milhões
- ° No 1S26, a Companhia capturou R\$ 244 milhões em eficiências, equivalente a 58,9% da meta anual de R\$ 415 milhões



Geração de Caixa

Redução de Capex e melhora de EBITDA compensam perda de Capital de Giro decorrente da Recuperação Extrajudicial

- ° Fluxo de Caixa Livre Operacional⁽⁴⁾ LTM atinge R\$ 363 milhões, com estabilidade na comparação anual, a despeito de maior impacto na linha de fornecedores em função da recuperação extrajudicial
- ° Fluxo de Caixa Livre⁽⁴⁾ LTM apresentou evolução de R\$ 269 milhões, refletindo reduções no Capex e em Outras Receitas e Despesas Operacionais



Resultado Líquido

Prejuízo Líquido Continuado atinge R\$ 204 milhões

- ° Prejuízo Líquido Continuado totalizou R\$ 204 milhões, representando crescimento de 15,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior
- ° Excluindo o impacto positivo de indenização referente a processo tributário no 2T25, houve redução de 28,5%

(1) Análise pro forma, considerando os termos apresentados no Plano de Recuperação Extrajudicial em 05/05/2026, que também considera a amortização de parte da dívida com valor da venda da FIC de R\$ 298 milhões - o plano encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia; (2) sujeito à homologação do plano de recuperação extrajudicial; (3) dívida líquida incluindo carteira de recebíveis de cartão de crédito não antecipados dividido pelo EBITDA Ajustado Consolidado pré-IFRS16 (últimos 12 meses); (4) Ajustado pela desconexão do caixa da Stix; (5) ajuste +0,4 p.p. na venda mesmas lojas em relação ao efeito calendário

Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

No segundo trimestre de 2026, o ambiente macroeconômico permaneceu desafiador, marcado pelo aumento do endividamento das famílias, assim como da taxa de inadimplência, e por uma maior disputa pela renda disponível entre consumo, despesas financeiras e novas categorias de gastos discricionários, como as plataformas de apostas. Apesar disso, seguimos na agenda de estabilização e transformação do GPA, reforçando nossa convicção de que estamos no caminho certo. Nossa atuação é orientada por 3 pilares estratégicos, que estão sendo perseguidos com afinco por toda a administração: (i) Foco no Cliente; (ii) Excelência Operacional e Comercial; e (iii) Disciplina Financeira.

Nossa capacidade de executar essa estratégia está apoiada em importantes diferenciais competitivos do GPA. Contamos com marcas fortes e consolidadas, presentes há décadas na vida dos brasileiros e complementares entre si, bem como liderança no segmento premium. Somos referência no Brasil como o 4º maior importador de vinhos, o maior vendedor de sushi, temos a maior produção de padaria de fermentação natural, além de outros recordes em vários produtos e categorias.

Adicionalmente, entregamos excelência na categoria de perecíveis, com alta penetração no mix de vendas e, quando analisamos apenas a categoria de FLV, temos o diferencial de 85% vir diretamente dos produtores (do campo para a mesa) que traz maior frescor e qualidade, atributos decisivos para hábitos de consumo cada vez mais saudáveis.

Acreditamos na importância de uma maior regionalização na gestão de sortimento, aliada a uma complementariedade de canais para as diferentes jornadas de consumo, representados pelas bandeiras Pão de Açúcar, Extra Mercado, Proximidade e E-commerce.

Todo esse esforço tem um único propósito: proporcionar uma experiência cada vez melhor aos nossos clientes, que permanecem no centro de nossas decisões. Essa execução deve se traduzir em uma maior fidelização, aumento da frequência de visitas e crescimento do ticket médio.

Na frente operacional, já apresentamos avanços importantes no plano de eficiência, com reduções de despesas e Capex, ambos entregando mais que 50% esperado para o ano e com possibilidade de ganhos adicionais. Para tanto, continuamos buscando captura de eficiências com as iniciativas de readequação da estrutura organizacional, revisão de processos, otimização do parque logístico e de lojas, integração de sistemas e maior rigor nas despesas.

Em linha com a estratégia de priorização de rentabilidade, tivemos uma redução de vendas e receita no trimestre e apresentamos evolução no EBITDA Ajustado alcançando R\$ 450 milhões, avançando 7,3% em relação ao 2T25. Para a sustentabilidade no negócio, entendemos ser necessário aumentar o volume de vendas, sem comprometer a rentabilidade.

No que tange à parte financeira, a Companhia carregava uma estrutura de capital incompatível com seu porte e com a geração de caixa dos negócios atuais. Diante desse cenário, e de modo a preservar a continuidade das operações e proteger o negócio de qualquer impacto não operacional, tomamos a difícil decisão de utilizar o instrumento da recuperação extrajudicial, que permitirá a redução do endividamento e custo financeiro, alongamento de prazo, preservando integralmente a continuidade das operações e a relação com clientes, fornecedores e parceiros.

Assim, em 10 de março de 2026, celebramos um acordo com nossos principais credores não operacionais e não correntes para a apresentação de um plano de recuperação extrajudicial. Em 05 de maio de 2026, apenas 56 dias após o primeiro acordo, a Companhia celebrou nova versão do plano, com apoio de credores representando 57,49% dos créditos sujeitos. Após protocolo e abertura do edital, os credores tiveram até 13 de julho de 2026 para apresentar impugnações ao plano e eleger a sua respectiva opção de recebimento. O resultado disso demonstra que o plano proposto foi bem equilibrado, com baixo nível de impugnação e massiva indicação de 97% dos credores escolhendo uma das alternativas de recebimento. Na etapa atual, aguardamos a análise e homologação do plano pelo judiciário, com expectativa de conclusão ainda no 3T26 para emissão das novas debêntures e captação de novos recursos.

Em linhas gerais, com a homologação judicial, espera-se que as dívidas pecuniárias da Companhia tenham (i) o prazo médio alongado de 2,1 para 6,4 anos, refletindo uma redução de pagamentos até 2028 de R\$ 5,2 bilhões para aproximadamente R\$ 400 milhões; (ii) o custo médio reduzido de CDI + 1,8% a.a. para CDI + 0,5% a.a.; (iii) o valor reduzido em mais de 50% ao longo do tempo; e (iv) a alavancagem seja reduzida de 3,9x para 1,3x.

Seguiremos executando nossa estratégia com foco, responsabilidade e visão de longo prazo, fortalecendo nosso posicionamento e construindo uma trajetória sustentável de geração de valor para clientes, colaboradores, fornecedores, parceiros e acionistas.

Alexandre Santoro
Diretor Presidente do GPA

Comentário do Desempenho

Destaques Financeiros

Em decorrência do processo de descontinuidade das atividades dos hipermercados Extra, em 2021, e dos postos de combustível, em 2024, conforme divulgado em fatos relevantes e comunicados ao mercado, essas operações passaram a ser tratadas contabilmente como operações descontinuadas (IFRS 5/CPC 31). Assim, os efeitos nas Demonstrações de Resultado foram ajustados retroativamente, conforme a Resolução CVM nº 108/22, que trata de ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas. Os comentários a seguir referem-se ao resultado das operações continuadas.

DESTAQUES FINANCEIROS (R\$ milhões, exceto quando indicado)	2T26	2T25	Δ	6M26	6M25	Δ
Receita Bruta	4.713	5.066	-7,0%	9.542	10.158	-6,1%
Receita Líquida	4.228	4.676	-9,6%	8.602	9.443	-8,9%
Lucro Bruto	1.288	1.280	0,6%	2.619	2.594	1,0%
Margem Bruta	30,5%	27,4%	3,1 p.p.	30,5%	27,5%	3,0 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(883)	(906)	-2,6%	(1.799)	(1.856)	-3,1%
% da Receita Líquida	20,9%	19,4%	1,5 p.p.	20,9%	19,7%	1,3 p.p.
Equivalência Patrimonial	19	19	1,1%	35	36	-4,0%
EBITDA Ajustado Consolidado ⁽¹⁾	450	419	7,3%	907	828	9,6%
Margem EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	10,6%	9,0%	1,7 p.p.	10,5%	8,8%	1,8 p.p.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(30)	10	-	(576)	(75)	668,5%
Lucro Líquido Controladores – Operações Continuadas	(204)	(176)	15,5%	(1.550)	(270)	475,0%
Margem Líquida – Controladores – Operações Continuadas	-4,8%	-3,8%	-1,1 p.p.	-18,0%	-2,9%	-15,2 p.p.
Lucro Líquido Controladores – Operações Descontinuadas ⁽²⁾	(49)	(41)	19,3%	(139)	(116)	19,7%
Lucro Líquido Controladores Consolidado ⁽³⁾	(252)	(217)	16,2%	(1.689)	(386)	337,9%

(1) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais; (2) Inclui resultado da operação descontinuada de hipermercados e postos de combustíveis; e (3) Considera resultados das operações continuadas e descontinuadas

Comentário do Desempenho

Desempenho Operacional

Vendas Totais e Mesmas Lojas

RECEITA BRUTA E MESMAS LOJAS (R\$ milhões)	2T26		Variação 2T26/2T25	
	Vendas totais	Participação das vendas (%)	Total lojas	Mesmas lojas ex. efeito calendário ⁽⁴⁾
Pão de Açúcar	2.488	52,8%	-2,2%	-1,2%
Extra Mercado	1.561	33,1%	-3,4%	0,4%
Proximidade	585	12,4%	-9,6%	-2,3%
Outros negócios ⁽¹⁾	80	1,7%	8,2%	n.d.
GPA ex. Aliados	4.713	100,0%	-3,4%	-0,8%
Aliados ⁽²⁾	0	0,0%	-100,0%	n.d.
GPA⁽³⁾	4.713	100,0%	-7,0%	-0,8%

(1) Receitas provenientes principalmente do aluguel de galerias comerciais e Stix Fidelidade; (2) Modelo de venda direta para pequenos comércios; (3) Exclui receitas de postos de combustíveis classificadas em atividades descontinuadas a partir do 1T24; (4) Ajuste de +0,4 p.p. na venda mesmas lojas em relação ao efeito calendário.

No 2T26, as vendas totais alcançaram R\$ 4,7 bilhões, com recuo de 7,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete a execução da estratégia de priorização de canais com maior rentabilidade, contando com a descontinuidade do formato Aliados, modelo de venda direta para pequenos comércios, e o reequilíbrio de vendas no canal de e-commerce, além do impacto do portfólio de lojas e efeito calendário que, em conjunto, impactaram negativamente o desempenho de vendas em 6,1%. Desconsiderando esses fatores, a retração nas vendas foi de 0,8%.

O trimestre também foi impactado pelos efeitos da recuperação extrajudicial sobre o abastecimento das lojas, resultando em um aumento temporário dos níveis de ruptura e, consequentemente, na retração de vendas. Esse efeito atingiu seu pico em maio e passou a apresentar melhora gradual. Em linha com essa recuperação operacional, as vendas voltaram a apresentar crescimento no mês de junho, acompanhando a recuperação gradual dos níveis de abastecimento e avançando na normalização da operação.

Além dos fatores específicos do trimestre, observamos o mesmo cenário dos trimestres anteriores, caracterizado por uma demanda mais moderada e por um ambiente de consumo pressionado, no qual o orçamento das famílias continua sendo disputado entre o consumo discricionário e não discricionário.

Histórico de crescimento mesmas lojas por bandeira e formato

Crescimento YoY Mesmas Lojas ⁽¹⁾	2T24	3T24	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25	1T26	2T26
Pão de Açúcar	2,7%	4,6%	10,2%	6,5%	6,5%	3,5%	1,8%	0,2%	-1,2%
Extra Mercado	3,4%	5,8%	10,3%	6,6%	4,8%	5,5%	4,0%	1,2%	0,4%
Proximidade	6,9%	4,6%	4,9%	7,8%	0,2%	2,8%	3,2%	0,3%	-2,3%

(1) Ajuste de +0,4 p.p. na venda mesmas lojas em relação ao efeito calendário.

No Pão de Açúcar, as vendas em mesmas lojas apresentaram redução de 1,2% e, conforme mencionado anteriormente, foram impactadas pelo processo de recuperação extrajudicial, com consequente aumento dos níveis de ruptura, além de ter tido seu desempenho, como nos trimestres anteriores, impactado por uma maior deflação na categoria de mercearia básica. Em contrapartida, a categoria de perecíveis apresentou desempenho superior ao consolidado da bandeira, reforçando sua relevância na cesta dos clientes, mesmo em um ambiente de consumo mais desafiador.

Além disso, a estratégia de priorização dos canais de e-commerce com maior rentabilidade, com consequente redução de vendas, teve efeito mais relevante sobre a bandeira e pressionou o desempenho no trimestre. Ainda assim, a proposta de valor do Pão de Açúcar, sustentada por sortimento premium, elevada qualidade de perecíveis e excelência no atendimento, permanece bem-posicionada para capturar mudanças nos hábitos de consumo, especialmente a busca crescente dos clientes por opções de alimentação mais saudáveis.

No Extra Mercado, o crescimento de vendas em mesmas lojas atingiu 0,4%, evidenciando a resiliência do formato, mesmo diante dos impactos observados ao longo do trimestre, além do impacto positivo das ações promocionais no mês de aniversário da bandeira. Vale ressaltar que, assim como no Pão de Açúcar, a categoria de perecíveis apresentou desempenho superior ao consolidado, levando ao crescimento da bandeira no trimestre. Destaca-se a importância do projeto de revisão de sortimento e gestão de categorias que fortaleceram a proposta de valor da bandeira e sustentaram seu crescimento.

No formato de Proximidade, as vendas em mesmas lojas recuaram 2,3% no trimestre, refletindo os impactos temporários da recuperação extrajudicial, cujos efeitos afetaram de forma mais significativa essa bandeira, em razão da maior elevação do nível de ruptura observado dentre todas as bandeiras. Além desse efeito, o desempenho foi

Comentário do Desempenho

influenciado por um ambiente de mercado mais desafiador, caracterizado por um consumo mais pressionado. Ainda assim, o formato manteve a solidez de sua proposta de valor e a consistência de sua execução operacional.

Priorização de rentabilidade no E-commerce

No 2T26, a Companhia deu continuidade à estratégia de priorização da rentabilidade de suas operações. No e-commerce, essa estratégia se traduziu em uma evolução no mix de vendas, com maior concentração no canal próprio (1P) e menor exposição às plataformas de terceiros (3P).

Como resultado, as vendas do e-commerce totalizaram R\$ 504 milhões, com retração de 16,2% no período. Apesar da retração, a operação apresentou evolução relevante de rentabilidade, refletida na expansão da margem operacional. Esse desempenho decorre da combinação entre a leve retração de 2,9% no canal 1P e a redução de 25,3% no canal 3P, em linha com a estratégia da Companhia de priorizar modalidades com melhor perfil de retorno.

A participação do e-commerce nas vendas totais alcançou 11,1% no trimestre, uma redução de 1,6 p.p. em relação ao ano anterior. Por outro lado, o canal próprio (1P) ampliou sua participação no mix de vendas do e-commerce em 6,5 p.p. na comparação anual, reforçando a estratégia da Companhia de concentração em canais de maior rentabilidade.

Comentário do Desempenho

Desempenho Financeiro

Plano de Eficiência 2026

Conforme divulgado em fato relevante em 04 de novembro de 2025, a Companhia estabeleceu o Plano de Eficiência 2026, com foco na otimização de custos, despesas e investimentos. Nesse contexto, foram definidas duas projeções principais: (i) investimentos em Capex para 2026, contemplando aquisições de ativo imobilizado e investimentos em ativos intangíveis, estimados entre R\$ 300 milhões e R\$ 350 milhões; e (ii) redução de despesas e custos operacionais, principalmente relacionados ao suporte às operações de lojas e à estrutura administrativa, de pelo menos R\$ 415 milhões.

Projeção de Capex

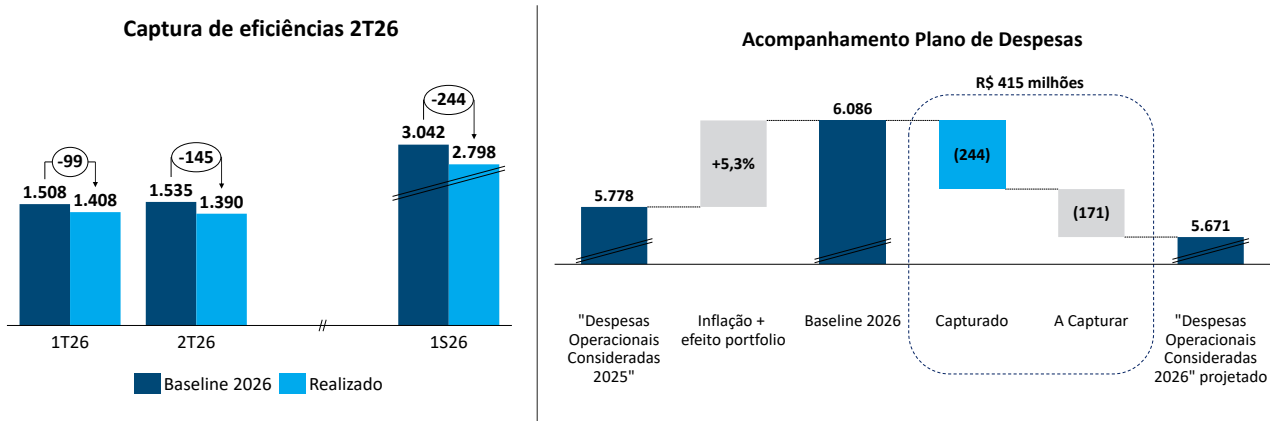
No acumulado do 1S26, os investimentos em Capex alcançaram R\$ 162 milhões⁽¹⁾, representando uma redução de R\$ 195 milhões, ou 55%, em relação ao mesmo período de 2025. Essa redução decorre, principalmente, da menor alocação de recursos na expansão de lojas, com redução de R\$ 96 milhões, além da redução dos investimentos em tecnologia da informação e logística, que totalizou R\$ 93 milhões.

Em linha com a disciplina na alocação de capital reiterada pelo Plano de Eficiência 2026, os investimentos realizados no primeiro semestre correspondem a **54,1% da base inferior do intervalo projetado de R\$ 300 milhões e a 46,4% do limite superior de R\$ 350 milhões.**

Projeção de Despesas

Já em relação à projeção de despesas, foi definido um perímetro de despesas para alcançar a redução de, pelo menos, R\$ 415 milhões. Consulta sobre as definições na seção de “Comentários Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais” do ITR.

Para o 1S26, a Companhia apresentou um gasto de **R\$ 2.798 milhões** que, quando comparado com as “Despesas Operacionais Consideradas 2026” ou “Baseline 2026” para o 1S26 de **R\$ 3.042 milhões**, houve uma diminuição de **R\$ 244 milhões**, equivalente a **58,9% da meta anual** de redução de R\$ 415 milhões.

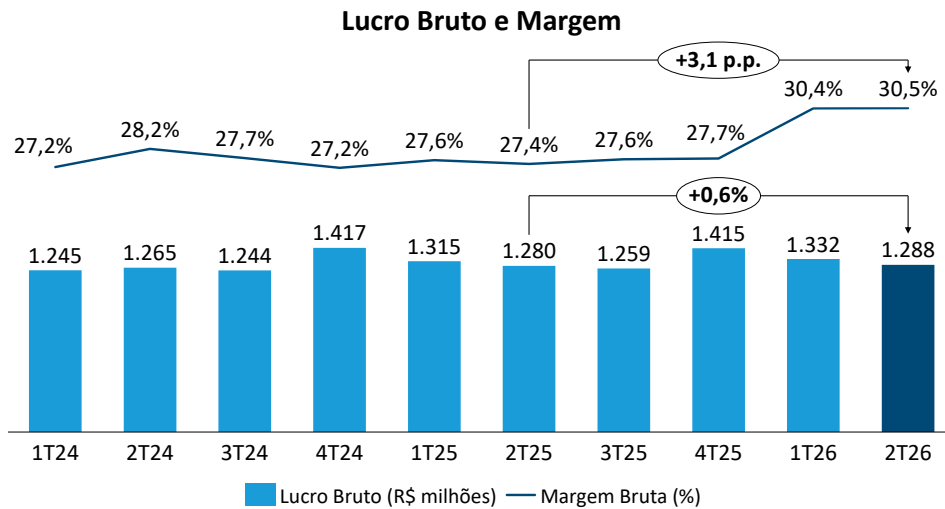


Tais ganhos foram capturados em função, principalmente, (i) da redução do quadro de funcionários; (ii) da revisão de contratos relevantes de TI, além da revisão e descontinuação de contratos menos eficientes; (iii) de ganhos de eficiência operacional relacionados a fretes, com otimização de transferências, roteirização e melhor ocupação; (iv) dentre outros ganhos associados à redução de gastos com publicidade, diminuição de perdas operacionais e renegociação de contratos de ocupação.

(1) Visão contábil dos investimentos em Capex, sem considerar os ajustes de *built to suit* apresentados ao final deste release

Comentário do Desempenho**Margem bruta expande e reflete iniciativas de priorização da rentabilidade**

Expansão de 3,1 p.p. na comparação com 2T25



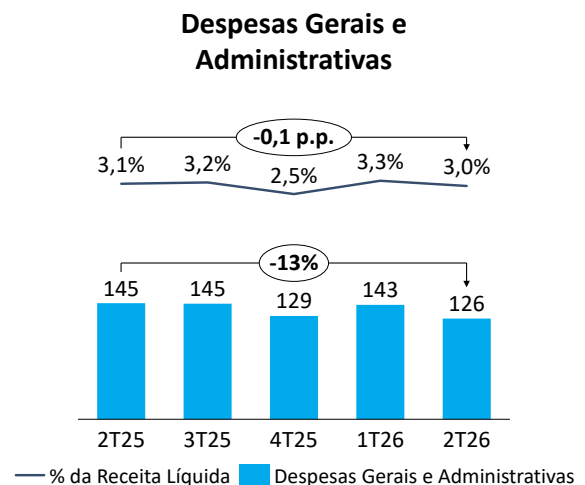
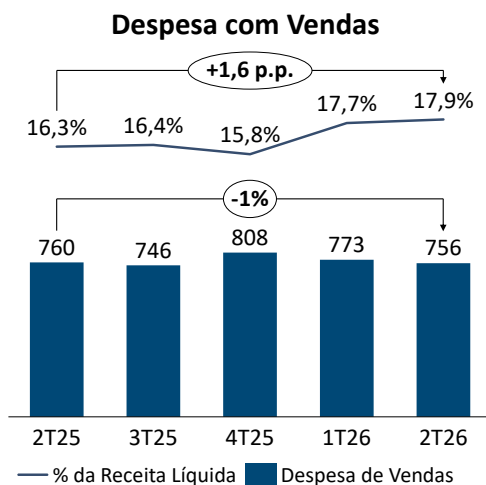
No 2T26, o Lucro Bruto atingiu R\$ 1,3 bilhão, com uma margem de 30,5%, representando ganho de 3,1 p.p. frente ao mesmo período do ano anterior. Esse expressivo avanço de rentabilidade reflete a combinação de iniciativas estratégicas e operacionais, incluindo: (i) a descontinuidade do formato Aliados, (ii) o efeito positivo da alteração de determinado produtos do regime de tributação de ICMS-ST para o ICMS ordinário, (iii) o aumento de rentabilidade do e-commerce, (iv) o crescimento das receitas de *retail media*, que avançaram 39% na comparação anual, (v) os contínuos aprimoramentos operacionais nas bandeiras e formatos, promovendo ganhos sustentáveis de rentabilidade; e (vi) a redução do custo logístico.

A Equivalência Patrimonial, correspondente à participação do GPA nos resultados da FIC, totalizou R\$ 19 milhões, apresentando estabilidade em comparação ao reportado no 2T25. Adicionalmente, e em linha com a estratégia de venda de ativos, a Companhia anunciou a venda de sua participação na FIC, cujo recebimento está condicionado ao cumprimento de certas condições precedentes.

Com a conclusão da operação, a Companhia estará habilitada a firmar novos acordos de parceria na área de serviços financeiros, com o objetivo de explorar os balcões presentes em suas bandeiras – que somam 726 lojas e registram fluxo superior a 20 milhões de clientes por mês – e do seu e-commerce que atualmente é o maior do segmento alimentar do Brasil, destravando e potencializando o valor de seus ativos.

Margem EBITDA Ajustado cresce 7,1% e atinge 10,6%

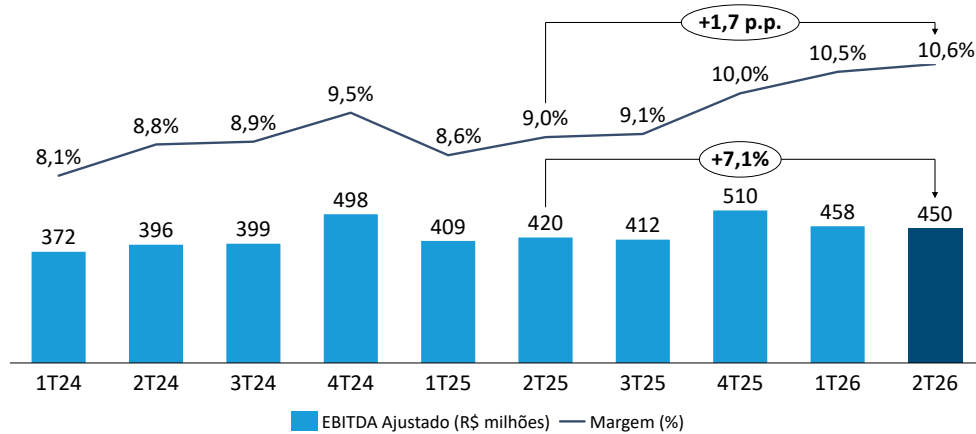
Avanço em função das iniciativas de priorização de rentabilidade



Comentário do Desempenho

No 2T26, o SG&A totalizou R\$ 883 milhões, representando uma redução nominal de R\$ 23 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete os avanços decorrentes das iniciativas implementadas no Plano de Eficiência da Companhia, com destaque para a redução do quadro de colaboradores, descontinuação de contratos menos eficientes e redução de despesas com publicidade. Adicionalmente, seguimos capturando ganhos de eficiência operacional em fretes, por meio da otimização de transferências, roteirização e melhor ocupação logística, além da diminuição de perdas operacionais e renegociação de contratos de ocupação, reforçando a disciplina na gestão de custos e a evolução da eficiência operacional.

EBITDA Ajustado e Margem



Como consequência dessas iniciativas, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 450 milhões no trimestre, com avanço de 7,1% em relação ao 2T25 e margem de 10,6%, equivalente a uma expansão de 1,7 p.p. na comparação anual. Esse desempenho evidencia a efetividade das iniciativas de eficiência implementadas pela Companhia, refletindo a disciplina na gestão de despesas, a otimização da estrutura de custos operacionais e a priorização de operações de maior rentabilidade.

Outras Receitas e Despesas Operacionais

No trimestre, as Outras Receitas e Despesas totalizaram R\$ (30) milhões, refletindo, principalmente, custos de reestruturação relacionados às iniciativas de eficiência implementadas pela Companhia, além de contingências trabalhistas e tributárias.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ milhões)	2T26	2T25	Δ	6M26	6M25	Δ
Receitas Financeiras	33	117	-71,5%	75	176	-57,3%
Despesas Financeiras – pré-IFRS 16	(293)	(295)	-0,8%	(589)	(544)	8,3%
Custo da dívida	(157)	(165)	-4,6%	(322)	(302)	6,6%
Custo de antecipação de recebíveis	(27)	(23)	18,9%	(51)	(44)	15,9%
Outras despesas financeiras	(109)	(108)	0,9%	(216)	(198)	9,1%
Resultado Financeiro Líquido – pré-IFRS 16	(260)	(178)	45,6%	(514)	(368)	39,6%
% Receita Líquida – pré-IFRS 16	-6,1%	-3,8%	-2,3 p.p.	-6,0%	-3,9%	-2,1 p.p.
Juros sobre passivo de arrendamento	(125)	(126)	-0,8%	(252)	(254)	-0,6%
Resultado Financeiro Líquido – pós-IFRS 16	(385)	(304)	26,4%	(766)	(622)	23,2%
% Receita Líquida – pós-IFRS 16	-9,1%	-6,5%	-2,6 p.p.	-8,9%	-6,6%	-2,3 p.p.

No 2T26, o Resultado Financeiro Líquido pré-IFRS 16 totalizou R\$ (260) milhões, representando 6,1% da receita líquida. Abaixo, destacam-se os principais impactos na comparação com o mesmo período do ano anterior:

- Receitas Financeiras: apresentaram redução, impulsionadas principalmente por um menor nível do caixa médio no período e consequente queda da remuneração.
- Despesas Financeiras: recuaram 0,8%, refletindo a redução do custo da dívida em função da queda da taxa Selic.

Considerando o efeito do IFRS 16, o Resultado Financeiro Líquido, incluindo os juros sobre o passivo de arrendamento, totalizou R\$ (385) milhões no 2T26, equivalente a 9,1% da receita líquida.

Comentário do Desempenho

Prejuízo Líquido Continuado e Descontinuado

No 2T26, o Prejuízo Líquido das Operações Continuadas totalizou R\$ 204 milhões, levemente superior ao registrado no mesmo período do ano anterior, refletindo os fatores já mencionados anteriormente. Cabe ressaltar, contudo, que o resultado do 2T25 foi beneficiado por um efeito positivo não recorrente, registrado em outras receitas e despesas operacionais.

Ainda no 2T26, o Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas totalizou R\$ 49 milhões, apresentando leve crescimento de R\$ 8 milhões em relação ao ano anterior.

Geração de Caixa e Dívida Líquida

VARIAÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA - ABERTURA GERENCIAL (R\$ milhões)	2T26	2T25	Δ R\$	LTM ⁽⁵⁾ 2T26	LTM ⁽⁵⁾ 2T25	Δ R\$
EBITDA Ajustado GPA Brasil pré-IFRS16⁽¹⁾	228	197	32	931	856	75
(-) Equiv. Patrimonial Oper. Nacional	(19)	(19)	(0)	(58)	(68)	10
Imposto de Renda Pago	(0)	(2)	1	(3)	(3)	(0)
Variação do capital de giro de mercadorias	(179)	114	(294)	(442)	235	(677)
Variação em Fornecedores	(396)	(87)	(309)	(678)	98	(776)
Variação em Estoques	155	185	(30)	113	66	47
Variação em Recebíveis	62	17	45	122	71	52
Variação em outros ativos e passivos operacionais	(145)	22	(167)	174	76	98
Fluxo de Caixa Operacional	(116)	312	(428)	601	1.095	(494)
Ajuste desconsolidação Stix	187	(31)	218	185	(38)	223
Fluxo de Caixa Operacional ex. Stix	71	281	(210)	786	1.057	(271)
Capex ajustado por BTS ⁽²⁾	(76)	(159)	84	(424)	(711)	287
Fluxo de Caixa Livre Operacional ex. Stix	(5)	122	(127)	363	347	16
Outras receitas e despesas operacionais	(99)	(176)	77	(450)	(687)	236
Dividendos	15	0	15	63	47	16
Fluxo de Caixa Livre ex. Stix	(89)	(54)	(35)	(24)	(293)	269
Vendas de ativos / oferta ⁽³⁾	10	9	1	96	123	(28)
Fluxo de Caixa depois da venda de ativos ex. Stix	(79)	(45)	(34)	71	(170)	241
Custo financeiro líquido⁽⁴⁾	(188)	(204)	16	(951)	(703)	(247)
Variação da dívida líquida ex. Stix	(266)	(249)	(18)	(879)	(873)	(7)
Impacto desconsolidação Stix	(187)	31	(218)	(185)	38	(223)
Variação da dívida líquida	(453)	(218)	(235)	(1.064)	(835)	(229)

(1) Considera o EBITDA ajustado por efeitos em Outras Receitas e Despesas Operacionais, com o resultado da Equivalência Patrimonial e com custos e despesas com aluguéis; (2) líquido de financiamento no formato *built to suit* para as novas lojas do Pão de Açúcar; (3) inclui receitas com vendas de ativos não core e não estratégicos; (4) inclui juros da dívida bruta, rentabilidade do caixa, custos com fianças bancárias e custos com descontos de recebíveis.

Para fins de comparação, as variações são analisadas com base nos últimos 12 meses encerrados no 2T26 (LTM 2T26), exceto quando indicado.

O EBITDA Ajustado pré-IFRS 16 totalizou R\$ 931 milhões, refletindo uma evolução de 8,8% em relação ao período anterior. Já o Fluxo de Caixa Operacional, após as variações de capital de giro, totalizou R\$ 601 milhões, com redução de R\$ 494 milhões na comparação anual, refletindo, principalmente, a maior alocação de caixa para fornecedores, com o objetivo de preservar a normalidade operacional durante o processo de Recuperação Extrajudicial.

O CAPEX somou R\$ 424 milhões, registrando redução de 40,4% em relação ao ano anterior. Na comparação trimestral, a queda foi de 52,5%, refletindo a maior disciplina na alocação de capital, com redução dos investimentos em tecnologia da informação e logística, além da descontinuidade do plano de expansão.

As Outras Receitas e Despesas Operacionais registraram despesa líquida de R\$ 450 milhões, redução de R\$ 236 milhões em relação ao período anterior. Os efeitos recorrentes que impactaram essa rubrica somaram R\$ 223 milhões, compostos principalmente por pagamentos de contingências tributárias, cíveis e regulatórias, parcelamento do Acordo Paulista, além de honorários advocatícios. Por outro lado, os efeitos não recorrentes totalizaram R\$ 228 milhões e são compostos por: (i) desembolsos com processos trabalhistas, em sua maior parte relacionados ao Extra Hiper, atualmente em fase de redução, no valor aproximado de R\$ 314 milhões; (ii) despesas com reestruturações, incluindo fechamento de lojas, estimadas em R\$ 106 milhões, contrabalanceados pelo impacto positivo da (iii) restituição de impostos no valor de R\$ 138 milhões; e pela (iv) indenização relacionada à processo tributário no valor de R\$ 55 milhões.

A frente de vendas de ativos não estratégicos totalizou R\$ 96 milhões no período, com destaque para o recebimento de parcelas referentes à venda dos postos de combustíveis, parte do valor da operação de venda da Stix e da alienação de imóveis e lojas deficitárias.

Comentário do Desempenho

Por fim, o custo financeiro líquido totalizou R\$ 951 milhões, um aumento de R\$ 247 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação reflete a elevação da taxa SELIC, que ainda impacta a análise 12 meses, o aumento da dívida líquida e a concentração de pagamento de prêmios relacionados às renovações de seguros-garantia vinculados a discussões tributárias em esfera judicial.

Abaixo a tabela com detalhe do capital de giro das mercadorias na comparação entre 2T26 e 2T25.

CAPITAL DE GIRO DE MERCADORIAS (R\$ milhões)	2T25	3T25	4T25	1T26	2T26	2T26 vs 2T25	2T26 vs 1T26
(+) Fornecedores	2.431	2.577	3.189	2.149	1.753	(678)	(396)
(-) Estoques	(1.929)	(1.905)	(1.963)	(1.971)	(1.816)	113	155
(-) Recebíveis	(292)	(247)	(285)	(231)	(170)	122	62
(=) Capital de giro após recebíveis	209	425	941	(53)	(233)	(442)	(179)
Dias de CMV 12 meses⁽¹⁾							
(+) Fornecedores	56	59	74	52	44	(12)	(8)
(-) Estoques	(44)	(44)	(46)	(47)	(46)	(1)	2
(-) Recebíveis	(7)	(6)	(7)	(6)	(4)	2	1
(=) Capital de giro após recebíveis	5	10	22	(1)	(6)	(11)	(5)

(1) Os saldos das linhas de capital de giro foram divididos pelo Custo de Mercadoria Vendida de atividades continuadas e descontinuadas dos últimos 12 meses e multiplicado pela quantidade de dias do ano

Dívida líquida consolidada

ENDIVIDAMENTO (R\$ milhões)	Pro Forma RE 2T26	2T26	1T26	2T25
Dívida de Curto Prazo	-	4.329	4.173	923
Empréstimos e Financiamentos	-	1.489	1.437	59
Debêntures	-	2.840	2.735	864
Dívida de Longo Prazo	1.864	0	0	3.465
Empréstimos e Financiamentos	-	0	0	1.366
Debêntures	1.864	0	0	2.123
Instrumentos Financeiros	-	0	0	(24)
Total da Dívida Bruta	1.864	4.329	4.173	4.388
Caixa e Equivalentes sem Consolidação Stix ⁽¹⁾	(646)	(646)	(756)	(1.584)
Dívida Líquida	1.218	3.683	3.417	2.804
Carteira de Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	(36)	(36)	(29)	(28)
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito	1.182	3.647	3.388	2.776
EBITDA Ajustado GPA Brasil (últimos 12 meses)	1.830	1.830	1.800	1.725
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito / EBITDA Ajustado GPA Brasil (últimos 12 meses)	0,6x	2,0x	1,9x	1,6x
EBITDA Ajustado GPA Brasil pré IFRS 16 (últimos 12 meses)	931	931	899	856
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito / EBITDA Ajustado GPA Brasil pré-IFRS 16 (últimos 12 meses)	1,3x	3,9x	3,8x	3,2x

(1) Não considera o impacto de Stix, anteriormente consolidados no caixa da Companhia (R\$ 187 milhões em Mar/26 e R\$ 185 milhões em jun/25)

A dívida líquida, incluindo o saldo de recebíveis não antecipados, totalizou R\$ 3,6 bilhões ao final do período. A alavancagem financeira pré-IFRS 16 — medida pela relação entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado Consolidado pré-IFRS 16 dos últimos 12 meses (incluindo despesas com aluguéis) — alcançou 3,9x no 2T26.

Quando observado sob análise pro forma, considerando os termos do Plano de Recuperação Extrajudicial e a utilização dos recursos provenientes da venda da FIC, no valor de R\$ 298 milhões, para amortização de parte da dívida, a dívida líquida, incluindo o saldo de recebíveis não antecipados, totalizaria R\$ 1,2 bilhão. A alavancagem financeira pré-IFRS 16 — medida pela relação entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado Consolidado pré-IFRS 16 dos últimos 12 meses (incluindo despesas com aluguéis) — alcançaria 1,3x no 2T26.

Comentário do Desempenho

Investimentos

CAPEX AJUSTADO ⁽¹⁾ (R\$ milhões)	2T26	2T25	Δ R\$	LTM 2T26	LTM 2T25	Δ R\$
Expansão	1	31	(31)	21	154	(133)
Reformas, Conversões e Manutenções	47	51	(4)	202	218	(16)
TI, Digital e Logística	28	77	(49)	200	338	(138)
Total	76	159	(84)	424	711	(287)

(1) Líquido de financiamento no formato built to suit para as novas lojas da bandeira Pão de Açúcar

No 2T26, o Capex Ajustado, que exclui os efeitos das operações de *built to suit*, totalizou R\$ 76 milhões, com reduções em todas as linhas, levando a uma redução de 52,5% ou de R\$ 84 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. É possível observar significativa redução dos investimentos em abertura de novas lojas, diante da descontinuidade do plano de expansão, assim como a redução em investimentos de TI e logística.

Conforme divulgado, no contexto do Plano de Eficiência 2026, a Companhia projeta reduzir o CAPEX anual para o intervalo entre R\$ 300 milhões e R\$ 350 milhões, principalmente em função da descontinuidade da expansão e da redução de investimentos em TI e reformas de lojas. Essas iniciativas reforçam o foco na preservação de caixa e na eficiência na alocação de capital, contribuindo para a redução da dívida líquida.

Movimentação de Lojas por Bandeira

No 2T26, houve conversão de 8 lojas do minuto Pão de Açúcar e 5 lojas de Pão de Açúcar Fresh para a bandeira Pão de Açúcar, visando maior otimização e eficiência na gestão regional das operações.

No mesmo período, encerramos a operação de uma loja do Pão de Açúcar em decorrência de baixa performance, como parte do processo contínuo de avaliação e otimização do portfólio de lojas.

Lojas por Bandeira	1T26	2T26					
	Nº de Lojas	Abertas	Abertas por conversão	Fechadas	Fechadas para conversão	Nº de lojas	Área de vendas m² (mil)
GPA	727	0	13	-1	-13	726	545
Pão de Açúcar	189	0	13	-1	0	201	263
Extra Mercado	165	0	0	0	0	165	193
Minuto Pão de Açúcar (Proximidade)	218	0	0	0	-13	205	50
Mini Extra (Proximidade)	155	0	0	0	0	155	39

Comentário do Desempenho

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL			
(R\$ milhões)	ATIVO		
	Consolidado		
	30.06.2026	30.06.2025	
Ativo Circulante	4.398	5.218	
Caixas e Equivalentes de Caixa	646	1.769	
Aplicações financeiras	23	16	
Contas a Receber	170	292	
Cartões de Crédito	36	28	
Tickets de vendas e duplicatas a receber	99	233	
Provisão para Devedores Duvidosos	(0)	(1)	
Provenientes de Acordos Comerciais	35	32	
Estoques	1.816	1.929	
Tributos a Recuperar	811	560	
Ativos Disponíveis para Venda	343	114	
Créditos com Partes Relacionadas – CP	54	0	
Despesas Antecipadas e Outras Contas a Receber	535	538	
Ativo Não Circulante	11.163	13.145	
Realizável a Longo Prazo	4.476	4.559	
Tributos a Recuperar	1.572	2.278	
Instrumentos Financeiros	0	24	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.689	1.094	
Partes Relacionadas	1	5	
Depósitos para Recursos Judiciais	313	229	
Despesas Antecipadas e Outros	901	929	
Investimentos	0	823	
Imobilizado	5.801	6.075	
Intangível	886	1.688	
TOTAL DO ATIVO	15.561	18.363	

Comentário do Desempenho
Demonstrações Financeiras Consolidadas
Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL			
(R\$ milhões)	PASSIVO		
	Consolidado		
	30.06.2026	30.06.2025	
Passivo Circulante	8.470	5.515	
Fornecedores	1.994	2.345	
Fornecedores - convênio	28	270	
Empréstimos e Financiamentos	1.489	59	
Debêntures	2.840	864	
Passivo de Arrendamento	504	482	
Salário e Encargos Sociais	337	373	
Impostos e Contribuições a Recolher	510	359	
Financiamento Compra de Imóveis	67	104	
Propaganda	16	20	
Provisão para Reestruturação	2	4	
Receitas a apropriar	22	187	
Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	50	117	
Outros	610	330	
Passivo Não Circulante	6.682	10.284	
Empréstimos e Financiamentos	0	1.366	
Debêntures	0	2.123	
Passivo de Arrendamento	3.627	3.783	
Imposto de renda e contribuição social a recolher	69	84	
Impostos Parcelados	859	621	
Provisão para Demandas Judiciais	2.022	1.911	
Receitas a apropriar	28	49	
Outros	77	347	
Patrimônio Líquido	409	2.564	
Atribuído aos Acionistas Controladores	409	2.553	
Capital Social	2.511	2.511	
Reservas de Capital	(69)	(53)	
Reservas de Lucro	(2.032)	96	
Outros resultados Abrangentes no Patrimônio	(1)	(0)	
Participação de Acionistas não Controladores	0	11	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.561	18.363	

Comentário do Desempenho**Demonstrações Financeiras Consolidadas****Demonstração de Resultado do Exercício – 2º Trimestre de 2026**

(R\$ Milhões)	Consolidado		
	2T26	2T25	Δ
Receita Bruta	4.713	5.066	-7,0%
Receita Líquida	4.228	4.676	-9,6%
Custo das Mercadorias Vendidas	(2.915)	(3.370)	-13,5%
Depreciação (Logística)	(25)	(27)	-6,2%
Lucro Bruto	1.288	1.280	0,6%
Despesas com Vendas	(756)	(760)	-0,5%
Despesas Gerais e Administrativas	(126)	(146)	-13,7%
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(883)	(906)	-2,6%
Resultado da Equiv. Patrimonial	19	19	1,1%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(30)	10	-
Depreciação e Amortização	(216)	(265)	-18,3%
EBIT - Lucro operac. antes do result. financeiro e impostos	178	138	29,7%
Receitas Financeiras	33	117	-71,5%
Despesas Financeiras	(418)	(421)	-0,8%
Resultado Financeiro Líquido	(385)	(304)	26,4%
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes I.R.	(206)	(167)	23,6%
Imposto de Renda	4	(8)	-
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações em continuidade	(203)	(175)	15,8%
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações descontinuadas	(49)	(41)	19,3%
Lucro Líquido Companhia Consolidado	(251)	(216)	16,5%
Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores - op. em continuidade	(204)	(176)	15,5%
Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores - op. Descontinuadas	(49)	(41)	19,3%
Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores Consolidado	(252)	(217)	16,2%
Participação de Acionistas Não Controladores - op. em continuidade	1	1	-33,6%
Participação de Acionistas Não Controladores - op. descontinuadas	0	0	-
Participação de Acionistas Não Controladores Consolidado	1	1	-33,6%
EBITDA - Lucro oper. antes da deprec. resultado financeiro e impostos	420	429	-2,2%
EBITDA Ajustado⁽¹⁾	450	419	7,3%

% da Receita Líquida	Consolidado		
	2T26	2T25	Δ
Lucro Bruto	30,5%	27,4%	3,1 p.p.
Despesas com Vendas	-17,9%	-16,3%	-1,6 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	-3,0%	-3,1%	0,1 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	-20,9%	-19,4%	-1,5 p.p.
Resultado da Equiv. Patrimonial	0,5%	0,4%	0,0 p.p.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	-0,7%	0,2%	-0,9 p.p.
Depreciação e Amortização	-5,1%	-5,7%	0,5 p.p.
EBIT - Lucro operac. antes do result. financeiro e impostos	4,2%	2,9%	1,3 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	-9,1%	-6,5%	-2,6 p.p.
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes I.R.	-4,9%	-3,6%	-1,3 p.p.
Imposto de Renda	0,1%	-0,2%	0,3 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações em continuidade	-4,8%	-3,7%	-1,1 p.p.
Lucro Líquido Companhia Consolidado	-5,9%	-4,6%	-1,3 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores - op. em continuidade	-4,8%	-3,8%	-1,0 p.p.
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores Consolidado	-6,0%	-4,6%	-1,3 p.p.
Participação de Acionistas Não Controladores - op. em continuidade	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
Participação de Acionistas Não Controladores Consolidado	0,0%	0,0%	0,0 p.p.
EBITDA - Lucro oper. antes da depr., result. financeiro e impostos	9,9%	9,2%	0,8 p.p.
EBITDA Ajustado⁽¹⁾	10,6%	9,0%	1,7 p.p.

(1) EBITDA Ajustado exclui Outras Receitas e Despesas Operacionais.

Notas Explicativas



***Informações contábeis intermediárias
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Trimestre Findo em 30 de junho de 2026***

*Relatório do Auditor Independente sobre a
Revisão de Informações Contábeis Intermediárias
Ernst & Young Auditores Independentes S.S.*

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia" ou "CBD"), diretamente ou por meio de suas subsidiárias ("Grupo" ou "GPA"), atua no segmento varejista de alimentos e outros produtos por meio de sua cadeia de supermercados e lojas especializadas, principalmente sob as bandeiras "Pão de Açúcar", "Minuto Pão de Açúcar", "Extra Mercado" e "Minimercado Extra". Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

As ações da Companhia são negociadas no nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3")) denominado Novo Mercado, sob o código "PCAR3".

Em 2026, além do Grupo Coelho Diniz e do Grupo Casino, passaram a integrar o conjunto de acionistas com influência significativa a Bonsucex Holding e o Sr. Silvio Tini de Araújo, por meio de aquisições de ações da Companhia realizadas no ambiente de negociação da B3.

Assim, em 30 de junho de 2026, a Companhia permanece como uma sociedade de capital aberto, sem acionista controlador definido e os acionistas com influência significativa sobre a Companhia são a Bonsucex Holding em conjunto com o Sr. Silvio Tini de Araújo, com participação acionária de 25,8%, o Grupo Coelho Diniz, com 25,1%, e o Grupo Casino, com 20,3%, todos com representação no Conselho de Administração.

1.1 Venda de participação societária na Stix Fidelidade e Inteligência S.A.

Em 19 de maio de 2026, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Raia Drogasil S.A. ("RD") para a alienação da totalidade de sua participação societária na Stix Fidelidade e Inteligência S.A. ("Stix"), correspondente a 66,7% de seu capital social, pelo valor de R\$ 23. A conclusão da operação estava sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em 30 de junho de 2026, as partes celebraram o Termo de Fechamento após a aprovação do CADE. O valor da transação foi pago em 2 de julho de 2026.

Como parte dos termos e condições da alienação, a Companhia, a Stix e a RD celebraram instrumento particular estabelecendo um período de transição com o objetivo de preservar a experiência dos clientes nas lojas durante esse período, a Companhia fará jus ao recebimento do montante total de R\$ 37.

1.2 Venda dos postos de combustíveis

Em 26 de junho de 2024, a Companhia concluiu a venda da operação de 49 postos no Estado de São Paulo para empresa do Grupo Ultra. As demais operações, distribuídas em 8 Estados, foram alienadas a outros compradores. Até a efetiva transferência, os postos permanecem sob gestão do GPA, inclusive quanto ao reconhecimento dos resultados.

A venda dos 69 postos de combustíveis da Companhia, localizados em diversas regiões do Brasil, apresenta um valor total aproximado de R\$ 200, que serão pagos da seguinte forma: (i) R\$ 168 já recebidos até o final de junho de 2026; e (ii) R\$ 32 a receber, condicionados ao cumprimento de condições precedentes para a transferência definitiva dos ativos. O impacto no resultado do período foi de R\$ 9 (R\$ 54 em 31 de dezembro 2025). Inicialmente, a transação contemplava 71 postos, porém (i) o posto do Galeão no Rio de Janeiro foi descontinuado e excluído do escopo da transação e; (ii) o posto de Teresina no Piauí também foi excluído do escopo da transação, no entanto, segue em operação pela Companhia até que a venda dos demais postos seja concretizada. As exclusões não trazem impactos relevantes nos valores acordados.

Os ativos líquidos e os passivos líquidos dos postos de combustíveis estão classificados como mantidos para venda, e o resultado operacional dos postos é apresentado como operação descontinuada, nos termos do CPC 31 / IFRS 5.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.3 Venda da participação na FIC

Em 5 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou contrato com o Itaú Unibanco Holding S.A. ("IUH") para a alienação da totalidade das ações da Bellamar de sua titularidade. Com a conclusão dessa transação, a Companhia encerrará sua participação comercial com a Financeira Itaú CBD S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (FIC).

O preço de venda acordado para as ações da Bellamar é de R\$ 260, a ser pago à vista na data de fechamento da operação ("Data de Fechamento"), condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo aprovações regulatórias. O preço está sujeito a ajustes específicos a serem apurados entre a data de assinatura do contrato e a Data de Fechamento. A aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) foi obtida em 05 de janeiro de 2026. Até 30 de junho de 2026, as demais condições precedentes ainda não foram atendidas.

Com a assinatura do contrato, a Companhia classificou o investimento na Bellamar como Ativo Mantido para Venda, nos termos do CPC 31 / IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, tendo o referido investimento sido reclassificado para uma linha específica no balanço patrimonial. A Companhia avaliou que a alienação não caracteriza uma operação descontinuada e, portanto, os resultados da Bellamar não foram apresentados como tal.

Na data da classificação como ativo mantido para venda, no exercício de 2025, foi reconhecida no resultado uma perda no montante de R\$ 527, correspondente à diferença entre o valor justo do investimento e o preço de venda acordado. Adicionalmente, a Companhia reconheceu ativo fiscal diferido no montante de R\$ 179, registrado com o objetivo de compensar o passivo de imposto de renda diferido constituído anteriormente na reavaliação a valor justo, considerando que a tributação do ganho ou perda ocorrerá por ocasião do fechamento da transação.

1.4 Processos arbitrais

1.4.1 Procedimento arbitral – pedido de constituição de garantias

Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas") ajuizou "Medida Cautelar" com pedido liminar, em caráter antecedente à instauração de procedimento arbitral, requerendo, em síntese: (a) a indisponibilidade das ações de emissão da Companhia detidas, direta ou indiretamente, pelo acionista Casino Guichard Parracho ("Casino") ou, alternativamente, que eventual alienação dessas ações fique condicionada ao depósito judicial do valor correspondente à eventual alienação ou à prestação de garantia idônea em favor da Companhia; e (b) que a Companhia apresente garantias suficientes para manter Sendas indene quanto a contingências tributárias da Companhia anteriores à cisão concluída em 31 de dezembro de 2020. O juiz da 3ª Vara Empresarial do Estado de São Paulo proferiu decisão indeferindo, em sua integralidade, a tutela de urgência requerida por Sendas nos autos da Medida Cautelar, rejeitando, portanto, todos os pedidos apresentados, inclusive o de que a Companhia apresentasse garantias em valor correspondente às contingências tributárias da Companhia relativas ao período anterior à cisão concluída em 31 de dezembro de 2020, bem como lista de bens livres de ônus de sua propriedade para fazer frente a potenciais novos débitos tributários. Sendas apresentou recurso dessa decisão, que está pendente de julgamento.

Neste ínterim, e em paralelo, Sendas instaurou procedimento arbitral com os mesmos pleitos da "Medida Cautelar", o qual se encontra em curso, não havendo, até a presente data, decisão de mérito sobre as demandas nem sobre a eventual obrigação de constituição das garantias requeridas. Em 18 de maio de 2026, o Tribunal Arbitral determinou a suspensão da arbitragem por falta de pagamento das custas por parte de Casino, obrigação essa que deveria recair à Sendas, diante da inércia do Casino.

Em razão do desinteresse no pagamento das custas, em 16 de junho de 2026 Sendas pediu ao Tribunal a prorrogação da suspensão por 30 dias. Passado o prazo, Sendas apresentou novo pedido de prorrogação da suspensão que está aguardando decisão.

A Companhia concluiu que, até o momento, não há efeitos contábeis que impactem as informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.4.2 Procedimento arbitral – IRPJ

A Companhia instaurou requerimento de arbitragem em face do acionista Casino com o objetivo de preservar os direitos e garantias da Companhia, relativamente a processos de cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ em relação aos anos calendários de 2007 e 2013, por conta de alegada dedução indevida de amortizações de ágio. A arbitragem ainda está em curso em fase inicial e a Companhia registrou em partes relacionadas (nota explicativa nº 12.2) o valor de R\$ 54 correspondente a despesas definitivas de uma das autuações. Os demais casos vinculados à discussão arbitral estão descritos na nota explicativa nº 20.2 e, até a presente data, não houve decisão sobre o mérito da demanda. Adicionalmente, a Companhia requereu medidas cautelares para impedir o Casino de vender sua participação remanescente de 20,3%, hoje seu único ativo no Brasil, como fundamento central o risco de tornar inexecutível qualquer condenação na sede da arbitragem, pleito este que foi deferido. Atualmente, as ações encontram-se bloqueadas para venda, sendo que parte delas permanece depositada judicialmente, correspondente à parcela negociada em bolsa.

1.4.3 Procedimentos arbitrais - Grupo Casas Bahia

A Companhia é parte em procedimentos arbitrais e processos relacionados às obrigações assumidas no âmbito de acordo de associação e a superveniências passivas decorrentes de ações trabalhistas, cíveis e regulatórias da antiga Globex, atualmente parte do Grupo Casas Bahia S.A. (“GCB”). Adicionalmente, tramita procedimento arbitral relacionado ao saldo remanescente de indenização por perdas e danos. Os valores envolvidos encontram-se registrados no passivo ou provisionados contabilmente, conforme aplicável. Em 30 de junho de 2026 os créditos devidos a GCB no valor de R\$ 239, permanecem registrados na rubrica “Outros Passivos Circulantes”. Esses valores foram incluídos na recuperação extrajudicial da Companhia, nos termos e condições previstos no respectivo plano, conforme nota explicativa nº 1.5.

1.5 Plano de Recuperação Extrajudicial

Em 10 de março de 2026, a Companhia comunicou ao mercado que, mediante aprovação unânime de seu Conselho de Administração, celebrou um plano de recuperação extrajudicial com determinados credores, nos termos da Lei nº 11.101/2005, que foi protocolado sob o nº 4036772-74.2026.8.26.0100. No dia seguinte, o Juízo da 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo deferiu o processamento do pedido de homologação do referido plano. Na mesma decisão, foi determinada a suspensão da exigibilidade dos créditos sujeitos ao plano até a decisão de homologação.

Estão sujeitos ao plano os créditos sem garantia, que não decorrem das operações correntes, no montante de R\$ 4.568. Não estão sujeitas aos efeitos do plano as obrigações operacionais correntes junto a fornecedores, clientes e parceiros, bem como as obrigações trabalhistas.

O acordo inicial foi celebrado com credores que representam aproximadamente 46% do total dos créditos sujeitos ao plano, equivalente a cerca de R\$ 2.100, percentual superior ao quórum mínimo legal de um terço, conforme previsto no art. 163, § 7º, da Lei nº 11.101/2005. O plano prevê a suspensão das obrigações junto aos credores sujeitos pelo prazo de 90 dias, período durante o qual a Companhia buscará a adesão dos demais credores para fins de homologação judicial. A Administração avalia que o processo de recuperação extrajudicial foi estruturado com o objetivo de preservar a continuidade das operações da Companhia, as quais permanecem em curso normal, sem impacto sobre as obrigações correntes não sujeitas ao plano.

Em 5 de maio de 2026, a Companhia celebrou nova versão do seu plano de recuperação extrajudicial com credores representando 57,49% dos créditos sujeitos ao plano, o qual foi submetido à homologação perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo.

Em 10 de junho de 2026, a Companhia disponibilizou, em seu site de Relações com Investidores, o Plano de Recuperação Extrajudicial, seus anexos e a relação de credores sujeitos ao plano. Na mesma data, foi publicado o edital previsto no art. 164 da Lei nº 11.101/2005, pelo qual os credores foram convocados a se manifestar sobre o plano, com o início do prazo para apresentação de objeções ao

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

plano pelos credores sujeitos e para a eleição das opções de pagamento nele previstas, que se encerrou em 13 de julho de 2026.

Em 20 de julho de 2026, a Companhia protocolou nos autos o relatório contendo o resultado da eleição das opções de pagamento previstas no plano e, em 22 de julho de 2026, apresentou manifestação em resposta às objeções apresentadas pelos credores. De acordo com o referido relatório, 88,40% dos créditos sujeitos à recuperação extrajudicial elegeram a Opção A (que contempla o aporte de novos recursos na Companhia), 8,34% a Opção B e 0,37% a Opção C, restando apenas 2,89% dos créditos sem eleição válida. Dessa forma, mais de 97% dos créditos sujeitos à recuperação extrajudicial manifestaram sua opção de pagamento. O processo aguarda julgamento pelo Juízo da 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo nos termos do art. 164, §5º, da Lei nº 11.101/2005.

1.6 Continuidade operacional

A Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 1.689 durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 e, nessa data-base, apresentava déficit de capital circulante líquido no montante de R\$ 4.125 e R\$ 4.072, individual e consolidado, respectivamente, decorrente, substancialmente, da reclassificação para o passivo circulante de empréstimos e financiamentos em razão do pedido de recuperação extrajudicial. Tais circunstâncias indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1.5, em 5 de maio de 2026, a Companhia protocolou o Plano de Recuperação Extrajudicial aprovado pela maioria dos credores, para ser homologado judicialmente, o qual encontra-se pendente na presente data. A efetiva homologação do referido plano irá endereçar simultaneamente a liquidez de curto prazo e a sustentabilidade financeira de longo prazo melhorando significativamente o capital circulante líquido.

Adicionalmente ao processo de reestruturação financeira, a Companhia vem implementando medidas voltadas à recomposição de sua liquidez e ao fortalecimento de sua estrutura de capital, incluindo a redução do custo financeiro, a otimização das despesas operacionais e a monetização de créditos tributários.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, considerando a realização dos ativos e a liquidação dos passivos no curso normal dos negócios. Assim, não contemplam quaisquer ajustes relacionados à recuperabilidade e classificação dos ativos ou aos valores e prazos de liquidação dos passivos que poderiam ser requeridos caso a Companhia não fosse capaz de manter a continuidade de suas operações.

A Administração acompanha continuamente a evolução da posição de liquidez da Companhia, bem como a implementação das medidas previstas em seu processo de reestruturação, podendo adotar ações adicionais, conforme necessário.

2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com o IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitido pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária”. Adicionalmente, são apresentadas de forma condizente com as normas aprovadas e expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhões de Reais – R\$. A moeda funcional da Companhia é o real – R\$.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período findo em 30 de junho de 2026 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04 de agosto de 2026.

As demonstrações dos fluxos de caixa incluem as operações continuadas e descontinuadas em linha com o pronunciamento técnico CPC31 / IFRS 5.

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto. A determinação de quais subsidiárias são controladas pela Companhia e os procedimentos para consolidação integral seguem os conceitos e princípios estabelecidos pelo CPC 36 (R3) / IFRS 10.

As informações contábeis intermediárias das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento dos períodos da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Nas informações contábeis intermediárias individuais, as participações são calculadas considerando o percentual detido pela Companhia em suas subsidiárias e nas informações contábeis intermediárias consolidadas, a Companhia consolida integralmente todas as suas controladas, mantendo a participação dos não controladores destacada em linha específica no patrimônio líquido e demonstração do resultado.

3. Principais políticas contábeis materiais

As principais políticas materiais e práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, são consistentes com aquelas adotadas e divulgadas na nota explicativa nº 3 e em cada uma das notas explicativas correspondentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, aprovadas em 24 de fevereiro de 2026 e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

4. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, aprovadas em 24 de fevereiro de 2026, as novas normas vigentes foram avaliadas e não produziram efeitos nas informações contábeis intermediárias divulgadas, adicionalmente a Companhia não adotou antecipadamente as IFRS emitidas e ainda não vigentes.

5. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A elaboração das informações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do período, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que demandem ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em períodos futuros.

As premissas e estimativas significativas usadas na elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período findo em 30 de junho de 2026 foram as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025 aprovadas em 24 de fevereiro de 2026, divulgadas na nota explicativa nº 5.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

As informações detalhadas de caixa e equivalentes de caixa foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025 na nota explicativa nº 6.

6.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Caixa e contas bancárias – Brasil	69	69	69	69
Caixa e contas bancárias – Exterior	-	84	-	84
Aplicações financeiras – Brasil (*)	568	1.598	577	1.837
	637	1.751	646	1.990

(*) Em 30 de junho de 2026, constituem, substancialmente, operações compromissadas e em CDB, remuneradas pela média ponderada de 99,72% (98,77% em 31 de dezembro de 2025) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

7. Aplicações Financeiras**7.1 Composição**

O montante registrado é de R\$ 23 (R\$ 24 em 31 de dezembro de 2025) referente ao CDB (Certificado de Depósito Bancário) remunerado a 100,20% do CDI (100% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

8. Contas a receber

As informações detalhadas de contas a receber foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 8.

8.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Administradoras de cartões de crédito	34	38	35	39
Administradoras de cartões de crédito – partes relacionadas (nota 12.2)	1	5	1	5
Tickets de vendas e duplicatas a receber	96	125	100	210
Cartão benefício	-	6	-	6
Contas a receber de fornecedores	35	26	35	26
Provisão para perdas de crédito esperada	(1)	(1)	(1)	(1)
	165	199	170	285

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas subsidiárias, mediante estratégia de gerenciamento de caixa, vendem parte dos recebíveis, sem qualquer direito de regresso ou de obrigação relacionada, tendo seus custos financeiros reconhecidos no resultado financeiro.

Abaixo apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Consolidado					
	Total	A vencer	Títulos vencidos			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
30.06.2026	171	96	58	4	9	4
31.12.2025	286	266	13	4	2	1

9. Outras contas a receber

As informações detalhadas de outras contas a receber foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 9.

9.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Contas a receber – GCB (*)	703	689	703	689
Contas a receber – Sendas (**)	-	115	-	115
Contas a receber por venda de sociedades	37	40	37	40
Contas a receber – venda Stix (nota 1.1)	58	-	58	-
Aluguéis a receber	8	9	8	9
Venda de imóveis	5	10	5	10
Outras	37	46	41	47
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(2)	(2)	(2)	(2)
Total	846	907	850	908
Circulante	82	69	86	70
Não circulante	764	838	764	838

(*) Valores a receber de GCB, subsidiária alienada em 2019, correspondentes, principalmente, ao direito do GPA de receber o reembolso do crédito tributário decorrente do tema relacionado à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS de sua antiga subsidiária Globex. Após a obtenção do trânsito em julgado do processo, o GPA passou a ter direito aos créditos tributários relativos ao período de 2003 a 2010.

(**) Em março de 2026, a Companhia realizou a liquidação de contingências tributárias indenizatórias relativas ao Estado do Rio de Janeiro usufruindo dos benefícios da Lei Complementar nº 225/2025, regulamentada pelo Decreto nº 50.040/2025, utilizando ativos previamente registrados para quitação dessas obrigações. A operação caracterizou-se como liquidação recíproca de direitos e obrigações entre as partes, com efeitos reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Estoques

As informações detalhadas de estoques foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 10.

10.1 Composição

	Controladora e Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025
Lojas	998	1.184
Centrais de distribuição	860	838
Perdas com obsolescência e quebras	(42)	(59)
	1.816	1.963

a) Perdas com obsolescência e quebras

	Controladora e Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025
No início do período	(59)	(61)
Adições/baixas/reversões	17	18
No final do período	(42)	(43)

11. Tributos a recuperar

As informações detalhadas de impostos a recuperar foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 11.

11.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
ICMS (a)	201	180	201	180
PIS e COFINS (b)	1.942	1.824	1.982	1.864
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (c)	163	227	166	230
Imposto de renda e contribuição social (d)	28	333	30	336
Outros	4	-	4	4
Total	2.338	2.564	2.383	2.614
Circulante	797	687	811	736
Não circulante	1.541	1.877	1.572	1.878

a) Créditos de ICMS

Com relação aos créditos cuja compensação não é possível de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação que considera a expectativa de crescimento futuro e a consequente geração de débitos tributários decorrentes de suas operações, conclui que sua compensação futura é viável. Os estudos mencionados são preparados e revisados anualmente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Administração. Para as informações contábeis intermediárias, a Administração possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado na tabela abaixo. Em 30 de junho de 2026, não foram necessárias quaisquer modificações nos planos anteriormente elaborados.

	Controladora e Consolidado
Em 1 ano	80
De 1 a 2 anos	47
De 2 a 3 anos	40
De 3 a 4 anos	34
	201

b) Créditos de PIS e COFINS

As evidências que conduzem a Companhia a concluir sobre o direito ao crédito de PIS e COFINS incluem (i) interpretação da legislação tributária, (ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações do mercado que fizeram parte da análise, (iii) análise de assessores jurídicos externos a respeito do tema e (iv) avaliação contábil sobre o tema.

A realização do saldo de PIS e COFINS é apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Em 1 ano	617	627
De 1 a 2 anos	619	649
De 2 a 3 anos	421	421
De 3 a 4 anos	205	205
Acima de 4 anos	80	80
	1.942	1.982

No contexto da Reforma Tributária sobre o consumo, instituída por meio da Lei Complementar nº 214/2025, passou a existir previsão legal para que tais saldos credores possam ser compensados com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), no contexto da substituição dos tributos atuais pelo novo modelo tributário. Embora já tenham sido publicadas normas regulamentares iniciais sobre o tema, a Companhia ainda se encontra em processo de avaliação dos seus impactos, abrangência, requisitos operacionais, procedimentos, critérios e prazos aplicáveis à efetiva utilização desses créditos. Adicionalmente, determinadas definições práticas e interpretações ainda dependem de consolidações pelas autoridades competentes e/ou regulamentação complementar. Dessa forma, até a conclusão dessas análises, a Companhia mantém os créditos registrados no ativo, acompanhando a evolução da regulamentação aplicável e avaliando as alternativas de monetização, inclusive por meio de compensação com tributos federais, quando atendidos os requisitos legais e normativos aplicáveis.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui créditos tributários contingentes decorrentes da apuração de PIS e COFINS relacionados às suas operações com bebidas frias. Considerando o estágio atual de consolidação do entendimento sobre o tema, tais créditos foram classificados como ativo contingente, nos termos do CPC 25 / IAS 37, não tendo sido reconhecidos no balanço patrimonial nem no resultado do período, no valor aproximado de R\$ 142 (R\$ 600 em 31 de dezembro de 2025). Eventual efeito no resultado ocorrerá somente quando atendidos os critérios previstos na norma aplicável.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Créditos de INSS

Em 25 de junho de 2025, houve a certificação do trânsito em julgado da ação ajuizada pela Companhia que pleiteava a não incidência de contribuições previdenciárias (INSS) sobre o terço constitucional de férias. A Companhia habilitou seus créditos e segue compensando os valores de acordo com os limites de compensações impostos pelo fisco federal. O montante envolvido na controladora e consolidado equivale a R\$ 109 em 30 de junho de 2026 (R\$ 143 em 31 de dezembro de 2025).

d) Imposto de renda e contribuição social

Em 2026, a Companhia revisou as premissas utilizadas na mensuração de ativos fiscais relacionados a tributos incidentes sobre operações no exterior, à luz de informações atualizadas e da melhor estimativa de realização desses créditos. Como resultado dessa reavaliação, considerando as práticas e apurações fiscais aplicáveis nas respectivas jurisdições, a Companhia reconheceu a baixa integral desses ativos fiscais, no montante de R\$ 299.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Partes relacionadas**12.1 Remuneração da Administração e dos comitês de assessoramento**

As despesas do período relativas à remuneração do pessoal da Alta Administração (diretores indicados conforme o Estatuto Social, o Conselho de Administração e os respectivos Comitês de assessoramento), foram as seguintes:

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Salário base		Benefícios diretos e indiretos		Remuneração variável		Plano de opção de compra de ações (Nota 23)		Total	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Conselho de Administração (*)	3.458	5.329	-	-	-	-	-	-	3.458	5.329
Diretoria (**)	3.210	4.384	104	610	4.688	17.507	3.934	6.593	11.936	29.094
Conselho Fiscal	352	103	-	-	-	-	-	-	352	103
	7.020	9.816	104	610	4.688	17.507	3.934	6.593	15.746	34.526

(*) As remunerações dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração (de Auditoria, Financeiro, Gestão e Jurídico) estão inclusas nesta linha.

(**) Inclui custas rescisórias. O valor da remuneração variável em 30.06.2025 inclui premiação extraordinária referente a transação de oferta primária para os diretores da Companhia.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2 Saldos e transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre a Companhia, suas subsidiárias e outras entidades relacionadas, e são contabilizadas de acordo com os preços, termos e condições pactuados entre as partes.

	Controladora									
	Saldos								Transações	
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Receitas (Despesas)	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	30.06.2025
<u>Controladas:</u>										
Novasoc Comercial	-	-	11	8	-	-	-	-	-	-
Stix (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	(20)	(69)
GPA Logística	-	-	-	-	39	37	17	19	-	-
GPA2	-	-	3	2	-	-	245	206	-	-
<u>Coligadas:</u>										
FIC	1	5	1	3	-	1	-	-	7	17
<u>Outras Partes Relacionadas:</u>										
Grupo Casino (*)	-	-	54	54	-	-	-	-	-	-
Octea Tecnologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Outros	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
Total	1	5	69	69	39	38	262	225	(13)	(53)

(*) O Grupo Casino é composto pelo Casino e pelas empresas controladas diretamente e indiretamente. O valor de R\$ 54 refere-se ao valor indenizatório a receber decorrente substancialmente da adesão, em abril de 2025, ao programa instituído pela Lei nº 14.689/2023.

(**) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1 em 30 de junho de 2026 a Companhia concluiu a venda de sua participação societária na Stix e todos os valores devidos entre as partes foram quitados na mesma data.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado								
Saldos						Transações		
Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Receitas (Despesas)		
30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	30.06.2025	
<u>Coligadas:</u>								
FIC	1	5	1	3	-	1	7	17
<u>Outras partes relacionadas:</u>								
Grupo Casino (*)	-	-	54	54	-	-	-	-
Octea tecnologia	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Outros	-	-	-	2	-	-	-	-
Total	1	5	55	59	-	1	7	16

(*) O Grupo Casino é composto pelo Casino e pelas empresas controladas diretamente e indiretamente. O valor de R\$ 54 refere-se ao valor indenizatório a receber decorrente substancialmente da adesão, em abril de 2025, ao programa instituído pela Lei nº 14.689/2023.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimentos em controladas e associadas**13.1 Movimentação dos investimentos**

	Controladora			
	Bellamar	GPA2	Outros	Total
Saldo em 31.12.2025	-	238	153	391
Equivalência patrimonial	35	3	8	46
Dividendos	(64)	-	-	(64)
Baixa de investimento	-	-	(41)	(41)
Ativo mantido para venda	29	-	-	29
Saldo em 30.06.2026	-	241	120	361

	Controladora			
	Bellamar	GPA2	Outros	Total
Saldo em 31.12.2024	804	362	168	1.334
Equivalência patrimonial	36	13	12	61
Dividendos	(17)	-	-	(17)
Incorporação - GPA Malls	-	-	(40)	(40)
Redução de capital	-	(150)	-	(150)
Outros	-	-	(6)	(6)
Saldo em 30.06.2025	823	225	134	1.182

	Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025
No início do período	-	804
Equivalência patrimonial	35	36
Dividendos	(64)	(17)
Ativo mantido para venda	29	-
No fim do período	-	823

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado

As informações detalhadas de imobilizado foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 14.

14.1 Composição

	Controladora							Saldo em: 30.06.2026
	Saldo em: 31.12.2025	Adições	Remen- suração	Impairment (**)	Deprecia- ção	Baixas	Transfe- rências (*)	
Terrenos	193	-	-	-	-	-	(7)	186
Edifícios	193	-	-	-	(4)	(36)	(2)	151
Benfeitorias em imóveis	1.370	20	-	-	(70)	(20)	4	1.304
Máquinas e equipamentos	852	22	-	(6)	(83)	(5)	35	815
Instalações	89	2	-	-	(7)	(1)	3	86
Móveis e utensílios	277	2	-	-	(25)	(1)	2	255
Imobilizado em andamento	25	70	-	-	-	-	(77)	18
Outros	27	-	-	-	(6)	-	-	21
Total	3.026	116	-	(6)	(195)	(63)	(42)	2.836
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>								
Edifícios	3.108	-	90	(21)	(224)	-	12	2.965
	3.108	-	90	(21)	(224)	-	12	2.965
Total	6.134	116	90	(27)	(419)	(63)	(30)	5.801

(*) R\$ (23) foram transferidos para intangíveis, R\$ (1) para conta corrente de seguro e R\$ (6) para ativo mantido para a venda (nota explicativa nº 31).

(**) Em 31 de março de 2026 a Companhia monitorou o plano utilizado para avaliação do *impairment* em 31 de dezembro de 2025 e concluiu que ocorreram alterações que denotavam indicativos de perda ou necessidade de uma nova avaliação e complementou a provisão no montante de R\$ 27. Em 30 junho de 2026 a Companhia monitorou novamente o plano e não identificou alterações significativas que pudessem denotar indicativos de perda ou necessidade de uma nova avaliação.

	Controladora							Saldo em: 30.06.2025
	Saldo em: 31.12.2024	Adições	Remen- suração	Deprecia- ção	Baixas	Transfe- rências (*)	Incorporação	
Terrenos	189	-	-	-	-	1	3	193
Edifícios	199	1	-	(5)	(2)	1	-	194
Benfeitorias em imóveis	1.304	26	-	(73)	(1)	88	-	1.344
Máquinas e equipamentos	901	54	-	(84)	(16)	28	-	883
Instalações	86	4	-	(9)	(1)	11	-	91
Móveis e utensílios	305	18	-	(26)	(2)	1	-	296
Imobilizado em andamento	61	115	-	-	-	(135)	-	41
Outros	30	33	-	(4)	-	(33)	-	26
Total	3.075	251	-	(201)	(22)	(38)	3	3.068
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>								
Edifícios	3.067	46	159	(220)	(45)	-	-	3.007
	3.067	46	159	(220)	(45)	-	-	3.007
Total	6.142	297	159	(421)	(67)	(38)	3	6.075

(*) R\$(44) foram transferidos para intangíveis e R\$6 para ativo mantido para a venda (nota 31).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora					
	Saldo em 30.06.2026			Saldo em 31.12.2025		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	186	-	186	193	-	193
Edifícios	294	(143)	151	358	(165)	193
Benfeitorias em imóveis	2.840	(1.536)	1.304	2.870	(1.500)	1.370
Máquinas e equipamentos	2.530	(1.715)	815	2.553	(1.701)	852
Instalações	368	(282)	86	369	(280)	89
Móveis e utensílios	912	(657)	255	933	(656)	277
Imobilizado em andamento	18	-	18	25	-	25
Outros	128	(107)	21	131	(104)	27
Total	7.276	(4.440)	2.836	7.432	(4.406)	3.026
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Edifícios	6.858	(3.893)	2.965	6.758	(3.650)	3.108
	6.858	(3.893)	2.965	6.758	(3.650)	3.108
Total	14.134	(8.333)	5.801	14.190	(8.056)	6.134

	Consolidado								
	Saldo em: 31.12.2025	Adições	Remen- suração	Impairment (**)	Deprecia- ção	Baixas	Transferências (*)	Desconso- lidação	Saldo em: 30.06.2026
Terrenos	193	-	-	-	-	-	(7)	-	186
Edifícios	193	-	-	-	(4)	(36)	(2)	-	151
Benfeitorias em imóveis	1.372	20	-	-	(70)	(20)	3	-	1.305
Máquinas e equipamentos	852	22	-	(6)	(83)	(5)	36	(1)	815
Instalações	89	2	-	-	(7)	(1)	3	-	86
Móveis e utensílios	277	2	-	-	(25)	(1)	2	-	255
Imobilizações em andamento	25	70	-	-	-	-	(77)	-	18
Outros	26	-	-	-	(6)	-	-	-	20
Total	3.027	116	-	(6)	(195)	(63)	(42)	(1)	2.836
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>									
Edifícios	3.109	-	90	(21)	(224)	-	12	(1)	2.965
	3.109	-	90	(21)	(224)	-	12	(1)	2.965
Total	6.136	116	90	(27)	(419)	(63)	(30)	(2)	5.801

(*) R\$ (23) foram transferidos para intangíveis, R\$ (1) para conta corrente de seguro e R\$ (6) para ativo mantido para venda (nota explicativa nº 31).

(**) Em 31 de março de 2026 a Companhia monitorou o plano utilizado para avaliação do *impairment* em 31 de dezembro de 2025 e concluiu que ocorreram alterações que denotavam indicativos de perda ou necessidade de uma nova avaliação e complementou a provisão no montante de R\$ 27. Em 30 junho de 2026 a Companhia monitorou novamente o plano e não identificou alterações significativas que pudessem denotar indicativos de perda ou necessidade de uma nova avaliação.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado						Saldo em: 30.06.2025
	Saldo em: 31.12.2024	Adições	Remensuração	Depreciação	Baixas	Transferências (*)	
Terrenos	192	-	-	-	-	1	193
Edifícios	198	1	-	(5)	(1)	1	194
Benfeitorias em imóveis	1.305	26	-	(73)	(1)	87	1.344
Máquinas e equipamentos	901	54	-	(84)	(15)	28	884
Instalações	86	4	-	(9)	(2)	11	90
Móveis e utensílios	305	18	-	(26)	(2)	1	296
Imobilizações em andamento	61	115	-	-	-	(135)	41
Outros	30	33	-	(4)	-	(32)	27
Total	3.078	251	-	(201)	(21)	(38)	3.069
Arrendamento – direito de uso:							
Edifícios	3.068	46	159	(221)	(45)	-	3.007
Total	3.068	46	159	(221)	(45)	-	3.007
Total	6.146	297	159	(422)	(66)	(38)	6.076

(*) R\$(44) foram transferidos para intangíveis e R\$6 para ativo mantido para venda.

	Consolidado					
	Saldo em 30.06.2026			Saldo em 31.12.2025		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	186	-	186	193	-	193
Edifícios	294	(143)	151	357	(164)	193
Benfeitorias em imóveis	2.838	(1.533)	1.305	2.868	(1.496)	1.372
Máquinas e equipamentos	2.529	(1.714)	815	2.552	(1.700)	852
Instalações	367	(281)	86	368	(279)	89
Móveis e utensílios	912	(657)	255	933	(656)	277
Imobilizado em andamento	18	-	18	25	-	25
Outros	127	(107)	20	130	(104)	26
Total	7.271	(4.435)	2.836	7.426	(4.399)	3.027
Arrendamento – direito de uso:						
Edifícios	6.858	(3.893)	2.965	6.761	(3.652)	3.109
Total	6.858	(3.893)	2.965	6.761	(3.652)	3.109
Total	14.129	(8.328)	5.801	14.187	(8.051)	6.136

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.2 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Adições (i)	116	297	116	297
Arrendamento	-	(46)	-	(46)
Juros capitalizados	-	(1)	-	(1)
Financiamento de imobilizado – Adições (ii)	(80)	(212)	(80)	(212)
Financiamento de imobilizado – Pagamentos (ii)	92	262	92	262
Total	128	300	128	300

- (i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais para modernização das centrais de distribuição, reformas de lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.
- (ii) As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar a movimentação das aquisições financiadas, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

14.3 Outras Informações

Em 30 de junho de 2026, a Companhia contabilizou no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$ 53 (R\$ 52 em 30 de junho de 2025), referente à depreciação de caminhões, maquinários, edificações e instalações das centrais de distribuição.

15. Intangível

As informações detalhadas de intangível foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 15.

15.1 Composição

	Controladora					
	Saldo 31.12.2025	Adições	Remensu- ração	Amortização	Baixas	Saldo 30.06.2026
Ágio	482	-	-	-	-	482
Fundo de comércio	45	-	-	-	(18)	27
Softwares e implantação (*)	750	24	-	(94)	(348)	355
	1.277	24	-	(94)	(366)	864
Arrendamento – direito de uso:						
Direito de uso Paes Mendonça (**)	279	-	-	(3)	(276)	-
	279	-	-	(3)	(276)	-
Total	1.556	24	-	(97)	(642)	864

(*) Tendo em vista o processo de simplificação e otimização de seus aplicativos de tecnologia em curso, aliado a mudanças ocorridas no negócio, bem como ambiente tributário – especialmente em virtude da implementação da reforma tributária, a Companhia procedeu à revisão da vida útil estimada de amortização de tais intangíveis, como resultado dessa avaliação, foram identificados projetos com obsolescência técnica, os quais foram integralmente baixados.

(**) Valores vinculados ao direito de uso do fundo de comércio de determinadas lojas e baixados como consequência do acordo celebrado entre a Companhia e o Paes Mendonça S/A.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora				Saldo 30.06.2025
	Saldo 31.12.2024	Adições	Amortização	Transferências	
Ágio	482	-	-	-	482
Fundo de comércio	50	3	-	-	53
Softwares e implantação	859	44	(136)	44	811
	1.391	47	(136)	44	1.346
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>					
Direito de uso Paes Mendonça	286	-	(11)	-	275
	286	-	(11)	-	275
Total	1.677	47	(147)	44	1.621

	Controladora					
	Saldo em 30.06.2026			Saldo em 31.12.2025		
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	482	-	482	482	-	482
Fundo de comércio	27	-	27	45	-	45
Softwares e implantação	877	(522)	355	1.870	(1.120)	750
	1.386	(522)	864	2.397	(1.120)	1.277
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Direito de uso Paes Mendonça	-	-	-	527	(248)	279
	-	-	-	527	(248)	279
Total	1.386	(522)	864	2.924	(1.368)	1.556

	Consolidado						
	Saldo 31.12.2025	Adições	Amortiza- ção	Baixas	Transfe- rências	Descon- solidação	Saldo 30.06.2026
Ágio	504	-	-	-	-	-	504
Fundo de comércio	45	-	-	(18)	-	-	27
Softwares e implantação (*)	795	35	(104)	(348)	23	(46)	355
	1.344	35	(104)	(366)	23	(46)	886
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>							
<u>uso:</u> Direito de uso Paes Mendonça (**)	279	-	(3)	(276)	-	-	-
	279	-	(3)	(276)	-	-	-
Total	1.623	35	(107)	(642)	23	(46)	886

(*) Tendo em vista o processo de simplificação e otimização de seus aplicativos de tecnologia em curso, aliado a mudanças ocorridas no negócio, bem como ambiente tributário – especialmente em virtude da implementação da reforma tributária, a Companhia procedeu à revisão da vida útil estimada de amortização de tais intangíveis, como resultado dessa avaliação, foram identificados projetos com obsolescência técnica, os quais foram integralmente baixados.

(**) Valores vinculados ao direito de uso de determinadas lojas e baixados como consequência do acordo celebrado entre a Companhia e o Paes Mendonça S/A.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				
	Saldo 31.12.2024	Adições	Amortização	Transferências	Saldo 30.06.2025
Ágio	504	-	-	-	504
Fundo de comércio	50	3	-	-	53
Software	904	53	(145)	44	856
	1.458	56	(145)	44	1.413
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>					
Direito de uso Paes Mendonça	286	-	(11)	-	275
	286	-	(11)	-	275
Total	1.744	56	(156)	44	1.688

	Consolidado					
	Saldo em 30.06.2026			Saldo em 31.12.2025		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	504	-	504	504	-	504
Fundo de comércio	27	-	27	45	-	45
Direitos contratuais	2	(2)	-	2	(2)	-
Software	880	(525)	355	1.980	(1.185)	795
	1.413	(527)	886	2.531	(1.187)	1.344
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Direito de uso Paes Mendonça	-	-	-	527	(248)	279
	-	-	-	527	(248)	279
Total intangível	1.413	(527)	886	3.058	(1.435)	1.623

15.2 Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio

O ágio e os ativos intangíveis foram submetidos a testes de recuperação em 31 de dezembro de 2025, segundo o método descrito na nota explicativa nº 15.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Em 2026, a Companhia monitorou as premissas e projeções consideradas no teste de recuperabilidade realizado em 31 de dezembro de 2025 e, exceto para os saldos mencionados na nota explicativa nº 14.1, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de provisão de perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos**16.1 Composição**

		Controladora e Consolidado	
		30.06.2026	31.12.2025
		Taxa média ponderada	
<u>Debêntures e Certificados de recebíveis imobiliários</u>			
Debêntures e Certificados de recebíveis imobiliários (nota 16.3)	CDI + 1,67% a.a.	2.840	2.670
		2.840	2.670
<u>Empréstimos e financiamentos</u>			
<u>Em moeda local</u>			
Capital de giro	CDI + 2,49% a.a.	454	425
Capital de giro	TR + 9,80%	2	2
		456	427
<u>Em moeda estrangeira</u>			
Capital de giro	EUR + 4,41% a.a.	1.033	1.005
Contratos de swap	CDI + 1,79% a.a.	-	(36)
		1.033	969
Total		4.329	4.066
Ativo não circulante		-	36
Passivo circulante		4.329	1.700
Passivo não circulante		-	2.402

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.5, em março de 2026 a Companhia protocolou plano de recuperação extrajudicial. Em decorrência do pedido de recuperação extrajudicial, as dívidas financeiras foram consideradas vencidas antecipadamente para fins de divulgação. Até a presente data, o plano não foi homologado, motivo pelo qual os saldos de empréstimos e debêntures foram reclassificados para o passivo circulante nas demonstrações contábeis intermediárias. A Administração entende que eventuais alterações nas condições originalmente contratadas, decorrentes da eventual homologação do plano, poderão resultar em reclassificações contábeis e/ou reconhecimento de novos termos e condições a serem avaliados de acordo com o CPC 48/ IFRS 9.

16.2 Movimentação dos empréstimos

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2025	4.066
Provisão de juros	262
Variação cambial e monetária	44
Custo de captação	5
Amortizações de juros	(48)
Em 30 de junho de 2026	4.329

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2024	4.022
Captações	669
Provisão de juros	267
Contrato derivativos	8
Marcação a mercado	(7)
Variação cambial e monetária	12
Custo de captação	9
Amortizações de juros	(166)
Amortizações de principal	(427)
Em 30 de junho de 2025	4.387

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.3 Debêntures e certificados de recebíveis imobiliários

						Controladora e Consolidado	
	Tipo	Valor de emissão	Debêntures em circulação (unidades)	Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em Reais)	30.06.2026	31.12.2025
18ª Emissão de Debêntures CBD - 1ª série	Sem preferência	980	852.670	CDI + 1,70% a.a.	550	469	436
18ª Emissão de Debêntures CBD - 2ª série	Sem preferência	520	520.000	CDI + 1,95% a.a.	1.102	573	532
19ª Emissão de Debêntures CBD - CRI 1ª Série	Sem preferência	377	376.616	CDI + 1,00% a.a.	1.055	397	399
19ª Emissão de Debêntures CBD - CRI 2ª Série	Sem preferência	123	123.384	CDI + 1,20% a.a.	1.562	193	179
20ª Emissão de Debêntures CBD - 2ª Série	Sem preferência	758	758.316.316	CDI + 1,65% a.a.	1	957	889
20ª Emissão de Debêntures CBD - 3ª Série	Sem preferência	250	250.000	CDI + 2,50% a.a.	1.054	263	254
Custo de captação						(12)	(19)
						2.840	2.670
Passivo circulante						2.840	1.476
Passivo não circulante						-	1.194

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.4 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 30 de junho de 2026, o GPA possuía empréstimos em moeda estrangeira (Euro) que, originalmente, foram contratados para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongar o seu perfil de dívida e investimento. Os riscos decorrentes da exposição à variação cambial desses empréstimos eram anteriormente mitigados por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos. Na data base de 30 de junho de 2026, contudo, tais instrumentos não estavam mais vigentes, em decorrência do processo de Recuperação Extrajudicial mencionado na nota explicativa nº 1.5. A Administração monitora continuamente sua exposição aos riscos de mercado e avalia as alternativas disponíveis para sua gestão, considerando, entre outros fatores, o andamento do processo de Recuperação Extrajudicial.

16.5 Garantias

A Companhia não oferece garantias relevantes para seus contratos de empréstimos.

16.6 Índices financeiros

Em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias, bem como com determinadas operações de empréstimos em moeda estrangeira e capital de giro, a Companhia está sujeita ao cumprimento de cláusulas restritivas financeiras ("*covenants*").

Para fins contratuais, é aplicado o índice de dívida líquida consolidada/ "EBITDA Consolidado", inferior a um limite que evolui ao longo do tempo (de 3,75x a 3,25x). O "EBITDA Consolidado" corresponde ao resultado antes do resultado financeiro e dos tributos, ajustado pelos seguintes itens: (1) parcelamento de impostos e contingências tributárias; (2) resultado com ativo imobilizado; (3) depreciação e amortização; (4) depreciação e amortização (Logística); e (5) pagamentos de passivo de arrendamento e juros.

O referido índice é apurado trimestralmente com base nas informações financeiras consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 30 de junho de 2026, em decorrência do plano de recuperação extrajudicial descrito na nota explicativa nº 1.5, a mensuração e a exigibilidade dessas obrigações estão sujeitas às condições estabelecidas no referido plano, incluindo a suspensão do cumprimento dos *covenants* contratuais, conforme aplicável.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros

As informações detalhadas de instrumentos financeiros foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 18.

17.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil		Valor contábil	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Ativos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	637	1.751	646	1.990
Partes relacionadas	69	69	55	59
Outros ativos (aplicações financeiras)	23	24	23	24
Contas a receber e outras contas a receber	921	1.053	930	1.140
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Instrumentos financeiros - Hedge de valor justo	-	36	-	36
<u>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</u>				
Contas a receber com administradoras de cartão de crédito e tickets de vendas	90	53	90	53
Passivos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Partes relacionadas	(262)	(225)	-	-
Fornecedores	(2.026)	(2.933)	(1.994)	(3.014)
Fornecedores Convênio	(28)	(382)	(28)	(382)
Financiamento por compra de ativo	(67)	(80)	(67)	(80)
Debêntures e notas promissórias	(2.840)	(2.670)	(2.840)	(2.670)
Empréstimos e financiamentos	(456)	(427)	(456)	(427)
Passivo de arrendamento	(4.131)	(4.369)	(4.131)	(4.370)
Empréstimos em moeda estrangeira	(1.033)	(1.005)	(1.033)	(1.005)

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela anterior se aproxima do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos valores justos são equivalentes aos saldos contábeis, encontram-se divulgados na nota explicativa nº 17.4.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.2 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias

(i) Risco de gestão de capital

O principal objetivo da administração de capital da Companhia é assegurar a manutenção de uma adequada estrutura de capital e de uma classificação de crédito compatível, de forma a suportar a continuidade e o desenvolvimento de seus negócios, bem como maximizar o valor aos acionistas. Para tanto, a Companhia monitora e administra sua estrutura de capital, ajustando-a, quando necessário, em função de mudanças nas condições econômicas, financeiras e de mercado.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 30 de junho de 2026. A estrutura de capital alinhada com os índices financeiros está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Caixa e equivalentes de caixa	637	1.751	646	1.990
Contas a receber	165	199	170	285
Instrumentos financeiros derivativos	-	36	-	36
Empréstimos e financiamentos	(4.329)	(4.102)	(4.329)	(4.102)
Dívida líquida	(3.527)	(2.116)	(3.513)	(1.791)
Patrimônio líquido	(409)	(2.106)	(409)	(2.124)
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	862%	100%	859%	84%

(ii) Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

O quadro a seguir resume o perfil passivo financeiro da Companhia nos vencimentos, não considerando o fluxo de caixa descontado em 30 de junho de 2026.

	Controladora			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 Anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	4.329	-	-	4.329
Passivo de arrendamento	991	3.676	2.502	7.169
Outros Passivos	629	77	-	706
Fornecedores	2.026	-	-	2.026
Fornecedores convênio	28	-	-	28
Total	8.003	3.753	2.502	14.258

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	4.329	-	-	4.329
Passivo de arrendamento	991	3.676	2.502	7.169
Outros Passivos	629	77	-	706
Fornecedores	1.994	-	-	1.994
Fornecedores Convênio	28	-	-	28
Total	7.971	3.753	2.502	14.226

As informações acima foram preparadas considerando os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia possa ser obrigada a efetuar o pagamento ou ter o direito de recebimento. Na medida em que os fluxos de juros são flutuantes, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de taxa de juros no período findo em 30 de junho de 2026. Dessa forma, alguns saldos apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

(iii) Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia mantém convênios firmados com instituições financeiras, por meio das quais, fornecedores de produtos, bens de capital e serviços, possuem a possibilidade de estruturar operações de antecipação de recebimento de seus recebíveis devidos pela Companhia. Geralmente, essas transações são denominadas "forfait" / "confirming" / "risco sacado". As instituições financeiras passam a ser credores e a Companhia efetua os pagamentos nas mesmas condições que as acordadas originalmente com o fornecedor.

A Administração, com base no CPC3 (R2) / IAS7 e CPC40 (R1) / IFRS7, avaliou que a substância econômica da transação é de natureza operacional, considerando que a realização da antecipação é de exclusivo critério do fornecedor e, para a Companhia, não há alterações no prazo original negociado com o fornecedor e, tampouco, alterações nos valores originalmente contratados. Essas transações têm o propósito de facilitar o fluxo de caixa de seus fornecedores sem realizar a antecipação de pagamentos pela Companhia. A Administração avaliou os potenciais efeitos de ajuste a valor presente destas operações e concluiu que os efeitos são imateriais para mensuração e divulgação.

Referidos saldos são classificados como "Fornecedores - Convênios" e os fluxos de caixa advindos destas transações é apresentado como atividade operacional na demonstração do fluxo de caixa.

Adicionalmente, não há exposição a nenhuma instituição financeira individualmente relacionada a estas operações e estes passivos não são considerados dívida líquida e não possuem cláusulas restritivas (financeiras ou não financeiras) relacionadas.

A Companhia tem o direito de receber um prêmio pela indicação dos fornecedores para essas operações de antecipação de títulos, a qual é reconhecida diretamente ao resultado, no valor de R\$ 1 em 30 de junho de 2026 (R\$ 7 em 30 de junho de 2025).

Em 30 de junho de 2026, o saldo a pagar relacionado a estas operações é de R\$ 28 (R\$ 382 em 31 de dezembro de 2025).

Os saldos de Fornecedores e Fornecedores – Convênio, são similares, sendo 44 dias o prazo de vencimento em 30 de junho de 2026.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Outros riscos de liquidez

Em função das operações de reestruturação societárias envolvendo Sendas e GCB, bem como da operação de arrendamento de estabelecimentos comerciais contratada junto ao Grupo Paes Mendonça em 1999, é possível que terceiros demandem a Companhia em relação a contingências daquelas sociedades com base em alegações de solidariedade ou sucessão. A Companhia monitora questões conexas a esse tema em conjunto com assessores jurídicos externos, as contingências em discussão estão mencionadas na nota explicativa nº 20.

17.3 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3.

Dessa maneira, no cenário provável (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, a Administração considera um acréscimo de 10% e um decréscimo de 10%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de juros ponderada foi de 14,02% ao ano.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

Outros instrumentos financeiros

Transações	Risco (variação do CDI)	Saldo em 30.06.2026	Projeção da Sensibilidade		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Empréstimo em moeda estrangeira	EURO + 4,41% a.a.	(1.033)	(62)	(68)	(56)
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,67% a.a.	(2.840)	(415)	(452)	(378)
Empréstimos bancários	CDI + 2,49% a.a.	(456)	(76)	(83)	(70)
		(4.329)	(553)	(603)	(504)
Caixa e equivalentes de caixa (*)	99,72% do CDI	577	80	88	72
Aplicações Financeiras (*)	99,72% do CDI	23	3	4	3
Exposição líquida e efeitos no resultado:		(3.729)	(470)	(511)	(429)

(*) média ponderada

17.4 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e daqueles mensurados ao custo amortizado cujos valores justos diferem de seus respectivos valores contábeis, em conformidade com o CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, que estabelece os conceitos de mensuração e os requerimentos de divulgação aplicáveis.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores justos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar a Fornecedores são considerados equivalentes aos seus respectivos valores contábeis, em razão da curta maturidade desses instrumentos.

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, bem como dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujo valor justo é divulgado nas demonstrações financeiras.

	Valor contábil e Valor Justo 30.06.2026	Nível
<u>Ativos e passivos financeiros</u>		
Contas a receber com administradores de cartões de crédito e tickets de venda	90	2
Empréstimos e financiamentos (valor justo) (*)	(1.033)	2
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(3.296)	2
Total	(4.239)	

(*) As premissas utilizadas no cálculo do valor justo estão descritas na nota explicativa 18.4 nas demonstrações financeiras anuais de 2025.

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no período findo em 30 de junho de 2026.

18. Impostos e contribuições a recolher e parcelados

As informações detalhadas de impostos e contribuições sociais a recolher e impostos parcelados foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 19.

18.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Impostos parcelados - PERT e transação por adesão (i)	84	99	84	99
IPI Parcelado (ii)	15	18	15	18
ICMS Parcelado (iii)	406	-	406	-
Acordo Paulista - Lei nº 17.843/2023 (iv)	630	631	630	631
Acordo Rio de Janeiro - Decreto nº 50.040/2025	4	-	4	-
ICMS	197	214	198	216
Outros	11	11	13	14
	1.347	973	1.350	978
Circulante	488	350	491	355
Não circulante	859	623	859	623

(i) A Companhia decidiu incluir débitos tributários federais no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, conforme condições descritas na Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017. Além do pagamento em parcelas, o PERT outorga reduções nos montantes de multa e juros. A Companhia incluiu débitos relacionados a (a) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS/COFINS), (b) não homologação

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de compensações (IRPJ, PIS/COFINS); além dos débitos anteriormente classificados com risco de perda possível relacionados principalmente a CPMF. O PERT está sendo liquidado em parcelas mensais em 12 anos. A Companhia está adimplente com as obrigações assumidas neste parcelamento. No segundo trimestre de 2025, a Companhia incluiu débitos relacionados a contribuição previdenciária sobre PLR conforme condições descritas no Edital de Transação por Adesão no Contencioso Tributário de Relevante e Disseminada Controvérsia Jurídica nº 27/2025, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que seguem: redução de 65% sobre o valor total do débito, utilização de prejuízo fiscal/base de cálculo negativa em até 30% sobre o saldo remanescente após o desconto, pagamento de entrada de 30%, e quitação do valor restante em 12 parcelas.

(ii) A Companhia decidiu incluir débitos de IPI no Programa de Autorregularização (instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023, e regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 2.168, de 28 de dezembro de 2023) que concedeu benefícios como redução de multas e juros, além de possibilidade de pagamento com utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, bem como, parcelamento em até 48 vezes. Os ganhos oriundos destes descontos não serão tributados pelo IRPJ/CSLL/PIS/COFINS conforme disposto na legislação.

(iii) A Companhia realizou o parcelamento ordinário de valores de ICMS declarados e não inscritos em Dívida Ativa, devidos aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, nos termos da legislação de cada um deles, respectivamente: (i) Resolução Conjunta SFP/PGE nº 02/2021 e (ii) Decreto nº 44.007/2012 e Resolução SEFAZ nº 680/2013.

(iv) A Companhia aderiu ao programa de quitação de débitos de ICMS do governo do Estado de São Paulo (“Acordo Paulista”), conforme edital PGE/Transação nº 01/2024, previsto no artigo 43 da Lei nº 17.843/2023. O acordo tem como objetivo a regularização voluntária pelos contribuintes, reduzindo discussões judiciais, com a concessão de benefícios para o pagamento dos débitos que se encontram na dívida ativa do Estado de São Paulo. Os principais benefícios são: (i) desconto de 100% dos juros incorridos; (ii) desconto de 50% da soma do principal e multa, limitado ao valor do principal; e (iii) pagamento dos débitos em 120 parcelas mensais corrigidas pela taxa SELIC. Após análise individual dos processos judiciais, considerando riscos e benefícios, a Companhia optou pela adesão ao acordo no montante de R\$ 3,6 bilhões, correspondente substancialmente à totalidade dos débitos elegíveis, resultando em uma redução aproximada de 80% do valor original. O valor do passivo reconhecido na data de adesão foi de R\$ 791.

18.2 Cronograma de vencimentos dos impostos parcelados no passivo não circulante ocorrerá conforme indicado a seguir

Em	Controladora e Consolidado
De 1 a 2 anos	175
De 2 a 3 anos	127
De 3 a 4 anos	114
De 4 a 5 anos	105
Acima de 5 anos	338
	859

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social

As informações detalhadas de imposto de renda e contribuição social foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 20.

19.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Imposto de renda e contribuição social incertos (ICPC 22)	49	48	49	53
Programa de autorregularização	39	46	39	46
Total	88	94	88	99
Circulante	19	18	19	23
Não circulante	69	76	69	76

19.2 Incerteza sobre o tratamento de imposto de renda e contribuição social

Em atendimento ao IFRIC23/ ICPC22 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre a Renda, o GPA possui discussões administrativas e judiciais com órgãos fiscalizadores da União, as quais estão relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, com base na avaliação interna e dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado pela Companhia está adequado e por essa razão são classificados como chance de êxito maior que a chance de não êxito da causa (*more likely than not*).

A Companhia possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, nulidades no lançamento, subvenção para investimento, lucros auferidos no exterior, momento da tributação do indébito tributário, entre outros de menor expressão classificados com probabilidade de perdas possíveis por assessores jurídicos e, portanto, não provisionadas. O montante envolvido nessas contingências totaliza R\$ 2.871 em 30 de junho de 2026 (R\$ 2.403 em 31 de dezembro de 2025).

A Companhia possui processos judiciais e administrativos relativos à cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ e CSLL, supostamente devidas em relação aos anos-calendário de 2007 a 2013, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio. Caso a Companhia venha a ser demandada a pagar tais diferenças, na avaliação da administração e de seus assessores jurídicos, a Companhia terá o direito de ser indenizada por Península Participações S.A. e Casino Guichard Perrachon S.A. O valor envolvido é de R\$ 1.952 em 30 de junho de 2026 (R\$ 1.923 em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.3 Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Prejuízo antes do IR e CSLL (operações continuadas)	(967)	(462)	(959)	(445)
Crédito de IR e CSLL	329	157	326	151
Multas fiscais indedutíveis	(2)	(4)	(2)	(4)
Equivalência patrimonial	16	21	12	12
Juros SELIC decorrentes de indêbitos tributários	2	12	2	12
Indenizatório (ágio)	-	37	-	37
IRPJ e CSLL diferidos não constituído sobre Prejuízo fiscal e Base negativa (*)	(335)	(24)	(335)	(24)
Créditos Tributários (**)	(588)	-	(588)	-
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	(4)	(6)	(4)	(6)
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(582)	193	(589)	178
Imposto de renda e contribuição social do período:				
Correntes	(590)	(3)	(595)	(14)
Diferidos	8	196	6	192
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(582)	193	(589)	178
Taxa efetiva	-60,19%	41,77%	-61,42%	40,00%

(*) Em 30 de junho de 2026, a Administração revisou a viabilidade de realização do ativo fiscal diferido, considerando a geração provável de lucros tributáveis e a possibilidade de uso desses créditos como meio de pagamento na liquidação de débitos tributários federais, conforme previsto na legislação atual e transações precedentes realizadas pela Companhia. Com base nessa avaliação, não foram reconhecidos, no período, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

(**) Refere-se a baixa de créditos de imposto de renda no exterior anteriormente registrados para compensação futura (nota explicativa nº 11) e ajuste da apuração do 1º trimestre de 2022 realizado em 30 de março de 2026.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.4 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora					
	30.06.2026			31.12.2025		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (*)	1.054	-	1.054	1.149	-	1.149
Provisão para demandas judiciais	687	-	687	707	-	707
Amortização fiscal de ágio	-	(186)	(186)	-	(188)	(188)
Ajuste a marcação a mercado	40	-	40	-	(6)	(6)
Imobilizado, intangível e propriedades para investimento	-	(16)	(16)	-	(84)	(84)
Ganhos não realizados com créditos tributários	-	(272)	(272)	-	(284)	(284)
Arrendamento mercantil / (direito de uso)	1.378	(1.025)	353	1.467	(1.123)	344
Outros	19	-	19	33	-	33
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	3.178	(1.499)	1.679	3.356	(1.685)	1.671
Compensação	(1.499)	1.499	-	(1.685)	1.685	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	1.679	-	1.679	1.671	-	1.671

(*) O montante de R\$1.054 é composto por R\$2.686 de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social bruta e um valor de R\$(1.632) referente ao registro de impostos não reconhecidos, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis.

	Consolidado					
	30.06.2026			31.12.2025		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (*)	1.067	-	1.067	1.172	-	1.172
Provisão para demandas judiciais	688	-	688	709	-	709
Amortização fiscal de ágio	-	(186)	(186)	-	(188)	(188)
Ajuste a marcação a mercado	40	-	40	-	(6)	(6)
Imobilizado, intangível e propriedades para investimento	-	(16)	(16)	-	(84)	(84)
Ganhos não realizados com créditos tributários	-	(276)	(276)	-	(289)	(289)
Arrendamento mercantil / (direito de uso)	1.378	(1.025)	353	1.467	(1.123)	344
Outras	19	-	19	33	-	33
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	3.192	(1.503)	1.689	3.381	(1.690)	1.691
Compensação	(1.503)	1.503	-	(1.690)	1.690	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	1.689	-	1.689	1.691	-	1.691

(*) O montante de R\$1.067 é composto por R\$2.699 de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social bruta e um valor de R\$(1.632) referente ao registro de impostos não reconhecidos, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 1 ano (*)	580	580
De 1 a 2 anos	21	21
De 2 a 3 anos	94	94
De 3 a 4 anos	111	111
De 4 a 5 anos	122	122
Acima de 5 anos	751	761
	1.679	1.689

(*) A Companhia espera recuperar esses créditos com base na sua capacidade provável de geração de lucros tributáveis futuros e na possibilidade de sua utilização na liquidação de débitos tributários federais, conforme previsto na legislação vigente e em experiências anteriores de compensação já realizadas pela própria Companhia.

19.5 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2026</u>	<u>30.06.2025</u>	<u>30.06.2026</u>	<u>30.06.2025</u>
No início do período	1.671	1.157	1.691	1.184
Crédito no período – Operações continuadas	8	196	6	192
Pagamento de passivo contingente com Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (nota nº 19.4)	-	(291)	-	(291)
Outros	-	9	(8)	9
No final do período	1.679	1.071	1.689	1.094

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para demandas judiciais

As informações detalhadas de provisão para demandas judiciais foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 21.

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia, em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos, sendo fixada em montante considerado suficiente para cobrir as perdas classificadas como prováveis.

20.1 Composição**a) Controladora**

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	901	832	324	2.057
Adições	179	149	42	370
Pagamentos	(150)	(203)	(45)	(398)
Reversões	-	(12)	(40)	(52)
Transferências	(12)	-	(56)	(68)
Atualização monetária	37	44	28	109
Saldo em 30 de junho de 2026	955	810	253	2.018

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	929	842	267	2.038
Adições	90	142	55	287
Pagamentos	(84)	(258)	(39)	(381)
Reversões	(95)	(41)	(7)	(143)
Atualização monetária	29	50	26	105
Saldo em 30 de junho de 2025	869	735	302	1.906

b) Consolidado

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	901	836	325	2.062
Adições	179	149	42	370
Pagamentos	(150)	(203)	(45)	(398)
Reversões	-	(12)	(40)	(52)
Transferências	(12)	-	(56)	(68)
Atualização monetária	37	43	28	108
Saldo em 30 de junho de 2026	955	813	254	2.022

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	929	845	268	2.042
Adições	90	142	55	287
Pagamentos	(84)	(258)	(39)	(381)
Reversões	(95)	(41)	(7)	(143)
Atualização monetária	29	50	26	105
Saldo em 30 de junho de 2025	869	738	303	1.910

20.2 Tributárias

Os processos tributários fiscais estão sujeitos, por determinação legal, à atualização monetária mensal, a qual consiste no ajuste do valor das provisões com base nos indexadores aplicáveis em cada jurisdição fiscal. Os encargos de juros e as multas, quando aplicáveis, são calculados e provisionados sobre os montantes em aberto.

Assuntos tributários

A Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O montante provisionado em 30 de junho de 2026 é de R\$ 40 (R\$ 39 em 31 de dezembro de 2025).

Remanesceram outras demandas tributárias que, de acordo com a análise dos nossos consultores jurídicos, foram provisionadas pela Companhia. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); (ii) crédito indevido; (iii) não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários; (iv) exigência do IPI na revenda de produtos importados; (v) discussões relativas a IPTU e; (vi) outros assuntos. O montante provisionado em 30 de junho de 2026 para esses assuntos é R\$ 915 (R\$ 862 em 31 de dezembro de 2025).

Indenizatório com Sendas Distribuidora S.A.

A Companhia é responsável pelos processos jurídicos da Sendas anteriores a atividade do Assaí. Em 30 de junho de 2026 o valor total é de R\$ 31, sendo que R\$ 4 processos tributários, R\$ 7 trabalhistas e R\$ 20 cíveis (R\$ 31, sendo que de processos tributários é R\$ 4, trabalhista R\$ 8 e cível R\$ 19 em 31 de dezembro de 2025).

20.3 Trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias são parte em diversos processos trabalhistas, os quais decorrem, principalmente, de horas extras e adicional de insalubridade. Em 30 de junho de 2026, a provisão para demandas trabalhistas era de R\$ 813 (R\$ 836 em 31 de dezembro de 2025).

A Administração, com o suporte de seus consultores jurídicos internos e externos, avalia periodicamente essas demandas e reconhece provisões para perdas quando consideradas prováveis e passíveis de estimativa confiável.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para os processos recentemente incluídos na base, que ainda não dispõem de informações suficientes para uma avaliação individual específica, a provisão inicial é estimada com base em parâmetros históricos. Nestes casos a mensuração das provisões é realizada com base na experiência histórica da Companhia em demandas de natureza e características semelhantes, levando em conta, entre outros fatores, a média histórica de desembolsos por cargo e a probabilidade histórica de êxito nas demandas.

À medida que tais processos avançam e passam a contar com maior nível de detalhamento e evolução nas discussões jurídicas, seus valores são reavaliados periodicamente pelos consultores internos e externos, de forma a refletir, de maneira mais precisa, a melhor estimativa da perda provável associada a cada demanda. Essa avaliação também é aplicada para carteira das ações coletivas.

20.4 Cíveis, regulatórias e outros

A Companhia e suas subsidiárias são parte em ações judiciais de natureza cível, incluindo, entre outras, demandas indenizatórias e de cobrança, que se encontram em diferentes fases processuais e tramitam em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia, com o suporte de seus consultores jurídicos internos e externos, constitui provisões em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais decisões desfavoráveis, quando as perdas são avaliadas como prováveis e passíveis de estimativa confiável. O total das demandas cíveis e regulatórias em 30 de junho de 2026 é de R\$ 254 (R\$ 325 em 31 de dezembro de 2025).

Entre esses processos destacam-se:

- A Companhia e suas subsidiárias respondem a diversas ações cíveis, incluindo demandas ajuizadas por consumidores, fornecedores e prestadores de serviço, bem como processos de natureza imobiliária relacionados às suas relações locatícias, tais como ações revisionais e renovatórias, nas quais há discussão acerca da vigência contratual e dos valores de aluguéis. Em 30 de junho de 2026, o montante da provisão constituída para essas demandas era de R\$ 12 (R\$ 32 em 31 de dezembro de 2025), não havendo depósitos judiciais relacionados a tais processos.

A Companhia entende que eventuais diferenças entre os valores de aluguel originalmente pagos e aqueles que venham a ser fixados judicialmente de forma desfavorável à Companhia caracterizam aluguéis complementares. Dessa forma, tais valores atendem aos critérios de reconhecimento previstos na norma contábil de arrendamentos (IFRS 16 / CPC 06 (R2)) e, quando aplicável, passam a integrar o passivo de arrendamento da Companhia.

- A Companhia e suas subsidiárias ajuízam e respondem a algumas ações judiciais e administrativas relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (Ministério Público, ANVISA, PROCONs, INMETRO, Prefeituras e outros) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores. A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 30 de junho de 2026, o montante da provisão para essas ações é de R\$ 150 (R\$ 144 em 31 de dezembro de 2025).
- O montante provisionado, relativo a valores remanescentes de outros assuntos de natureza cível, em 30 de junho de 2026 totaliza R\$ 92 (R\$ 149 em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.5 Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como probabilidade de perdas possíveis, portanto, não provisionadas. Os processos possíveis totalizam um montante atualizado de R\$ 11.944 em 30 de junho de 2026 (R\$ 13.447 em 31 de dezembro de 2025), e são relacionadas principalmente a:

- **INSS** – O GPA foi autuado pela não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, entre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R\$ 255 em 30 de junho de 2026 (R\$ 311 em 31 de dezembro de 2025). Os processos estão em discussão administrativa e judicial. A Companhia vem acompanhando o desenvolvendo destes temas, e juntamente com seus assessores legais, concluiu que os elementos até o momento não requerem que seja feita provisão. A redução do saldo decorre, principalmente, da revisão da avaliação de risco de processos específicos, com base na evolução da jurisprudência e em decisões favoráveis obtidas no período.
- **IRRF, II e IOF** - O GPA possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, nulidades no lançamento, entre outros de menor expressão. O montante envolvido equivale a R\$ 82 em 30 de junho de 2026 (R\$ 166 em 31 de dezembro de 2025). A redução do saldo decorre, principalmente, de decisões favoráveis obtidas no período.
- **COFINS, PIS e IPI** – A Companhia vem sendo questionada sobre compensações não homologadas; multa por descumprimento de obrigação acessória, tributação de descontos recebidos de fornecedores, glosa de créditos de COFINS e PIS, exigência de IPI na revenda de produtos importados, dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$ 6.325 de 30 de junho de 2026 (R\$ 7.238 em 31 de dezembro de 2025). A redução do saldo decorre, principalmente, da revisão da avaliação de risco de processos específicos, com base na evolução da jurisprudência e em decisões favoráveis obtidas no período.
- **ICMS** - O GPA foi autuado pelos fiscos estaduais quanto à apropriação de créditos de: (i) questionamentos relativos ao crédito de ICMS ST nos termos da Portaria CAT 17/99; (ii) incidentes sobre a própria operação de aquisição das mercadorias (ICMS próprio) – art. 271 do RICMS/SP; e (iii) dentre outros. A soma dessas autuações monta a R\$ 3.015 em 30 de junho de 2026 (R\$ 3.185 em 31 de dezembro de 2025), as quais aguardam julgamento tanto na esfera administrativa como na judicial.
- **ISS, IPTU, Taxas e outros** – Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS e taxas diversas, cujo valor monta a R\$ 162 em 30 de junho de 2026 (R\$ 158 em 31 de dezembro de 2025) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.
- **Ações Coletivas Trabalhista** – A Companhia passou a avaliar o risco individual por ação, havendo ainda valores incertos, em função da fase processual em que se encontram, que totalizam R\$ 201 em 30 de junho de 2026 (R\$ 200 em 31 de dezembro de 2025).
- A Companhia é responsável pelos processos da GLOBEX anteriores a associação com Casas Bahia. Em 30 de junho de 2026, o montante envolvido é R\$ 223 (R\$ 215 em 31 de dezembro de 2025).
- A Companhia também é responsável pelos processos jurídicos da Sendas Distribuidora anteriores a atividade do Assaí. Em 30 de junho de 2026, o montante envolvido totaliza R\$ 1.547, sendo R\$ 1.469 de natureza tributária e R\$ 78 de natureza cível e outros (R\$ 1.462, sendo tributário R\$ 1.355 e cível e outros R\$ 107 em 31 de dezembro de 2025). No primeiro trimestre de 2026 a Companhia aderiu ao REFIS aberto pelo Estado do Rio de Janeiro usufruindo dos benefícios da Lei Complementar nº 225/2025, regulamentada pelo Decreto nº 50.040/2025, conforme mencionado na nota explicativa nº 26.1. A redução do saldo decorre,

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

principalmente, da revisão da avaliação de risco de processos específicos, com base na evolução da jurisprudência e em decisões favoráveis obtidas no período.

- Outras demandas judiciais – A partir de 31 de dezembro de 2025 a Companhia passou a avaliar os riscos individuais por processo que referem-se a (i) ações imobiliárias tendo por objeto a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado e o pagamento de valores relacionados a contratos de locação e sublocação, (ii) ações no âmbito da justiça cível e juizado especial cível envolvendo prestadores de serviços, consumidores, fornecedores, Ministério Público e outros terceiros diversos e (iii) processos administrativos instaurados por órgãos fiscalizadores como órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, dentre outros, totalizando R\$ 134 de 30 de junho de 2026 (R\$ 512 em 31 de dezembro de 2025).

Por fim, a Companhia adota a prática de contratar advogados externos para a defesa de autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada a um percentual incidente sobre o valor do êxito no desfecho judicial desses processos. Tais percentuais variam conforme as características qualitativas e quantitativas de cada caso. Em 30 de junho de 2026, o valor estimado, caso todos os processos fossem concluídos com êxito, é de aproximadamente R\$ 199 (R\$ 199 em 31 de dezembro de 2025).

20.6 Depósitos judiciais

A Companhia contesta o pagamento de determinados impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e, para esses fins, efetuou depósitos judiciais correspondentes aos valores em discussão, bem como depósitos em garantia relacionados às provisões para processos judiciais, os quais se encontram registrados no ativo.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Tributárias	137	131	137	131
Trabalhistas	153	63	155	65
Cíveis e outras	20	26	21	27
Total	310	220	313	223

20.7 Garantias

Ações	Imóveis		Carta de fiança / Seguro garantia		Total	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Tributárias	37	7	11.354	11.652	11.391	11.659
Trabalhistas	-	-	1.533	1.481	1.533	1.481
Cíveis e outras	-	9	576	626	576	635
Total	37	16	13.463	13.759	13.500	13.775

Do valor de R\$ 11.354, o valor de R\$ 4.181 está relacionado principalmente as garantias do Acordo Paulista (Lei nº 17843/2023) e impostos parcelados federais (PERT e Lei nº 11.941) descritos na nota explicativa nº 18. Essas garantias serão liberadas após a quitação integral do parcelamento.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

do trimestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo do seguro e das cartas fiança é aproximadamente 0,98% ao ano do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

21. Arrendamentos

As informações detalhadas de obrigações de arrendamento mercantil foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 22.

21.1 Composição

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R\$ 4.131 em 30 de junho de 2026 (R\$ 4.370 em 31 de dezembro de 2025), de acordo com o quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Passivo de arrendamento mercantil - pagamentos mínimos de aluguel:				
Até 1 ano	504	459	504	459
De 1 a 5 anos	2.074	1.846	2.074	1.846
Mais de 5 anos	1.553	2.064	1.553	2.065
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	4.131	4.369	4.131	4.370
Encargos futuros de financiamento	3.038	3.323	3.038	3.323
Valor futuro dos contratos de arrendamento mercantil	7.169	7.692	7.169	7.693
PIS e COFINS embutidos no valor presente dos contratos de arrendamento	251	266	251	266
PIS e COFINS embutidos no valor bruto dos contratos de arrendamento	436	468	436	468

A despesa de juros dos passivos de arrendamento está apresentada na nota explicativa nº 27. A taxa de juros incremental da Companhia e de suas subsidiárias foi de 13,56% no período findo em 30 de junho de 2026 (13,56% em 31 de dezembro de 2025).

Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de mensuração considerando a projeção da inflação implícita na taxa incremental nominal e o desconto dos fluxos de caixa pela respectiva taxa incremental nominal, o percentual médio anual de inflação projetada seria de aproximadamente 6,38% (7,64% em 31 de dezembro de 2025). O prazo médio ponderado dos contratos de arrendamento considerados é de 9,43 anos (9,66 anos em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.2 Movimentação obrigações de arrendamento mercantil

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2025	4.369	4.370
Remensuração	90	90
Provisão de juros	264	264
Amortizações	(441)	(441)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(156)	(156)
Passivo disponível para venda	18	18
Desconsolidação	-	(1)
Outros	(13)	(13)
Em 30 de junho de 2026	4.131	4.131
Passivo circulante	504	504
Passivo não circulante	3.627	3.627

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2024	4.327	4.328
Captação	46	46
Remensuração	159	159
Provisão de juros	267	267
Amortizações	(445)	(446)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(56)	(57)
Transferências	4	4
Outros	(36)	(36)
Em 30 de junho de 2025	4.266	4.265
Passivo circulante	485	482
Passivo não circulante	3.781	3.783

21.3 Resultado com aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Receitas e (Despesas) do período:				
Variáveis (0,1% a 4,5% das vendas)	(7)	(5)	(7)	(5)
Receita com subarrendamentos (*)	33	32	33	32

(*) Refere-se, principalmente, a receita dos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receitas a apropriar

As informações detalhadas de receitas a apropriar foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 23.

22.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Compromisso de venda futura de imóveis	18	21	18	21
Contrato de prestação de serviço – <i>Parcerias</i>	13	18	13	18
Receita Diferida com Pontos - Stix	-	-	-	136
Cartão Presente	18	22	18	22
Outros	1	2	1	2
	50	63	50	199
Circulante	22	25	22	161
Não circulante	28	38	28	38

23. Patrimônio líquido**23.1 Capital social**

O capital social subscrito e integralizado, em 30 de junho de 2026, é representado por 492.577 (490.286 em 30 de junho de 2025) milhares de ações nominativas sem valor nominal, representado pelo montante de R\$ 2.511 (R\$ 2.511 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 5.780, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

23.2 Opções outorgadas

A seguir descrevemos os planos com opções vigentes:

Plano de remuneração

O Plano de remuneração é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de remuneração ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B", seguida de um número.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de remuneração é correspondente a R\$ 0,01 ("preço de exercício"). As opções de ações outorgadas vigentes nesse plano podem representar o máximo 2% do total das ações de emissão da Companhia.

Em 29 de abril de 2024, foi aprovado um novo plano de incentivo que estabelece condições gerais para a outorga de ações e/ou de opções de compra de ações ("Plano"), cujos termos e condições específicos devem ser instituídos através de Programas de Incentivos Atrelados a Ações e/ou Programas de Opção de Compra

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de Ações ("Programas"), ambos sujeitos à aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia. As ações e/ou opções outorgadas no âmbito da coletividade dos Programas componentes do Plano estão limitadas a 3,5% das ações do capital subscrito da Companhia.

Com a aprovação do Plano pela Assembleia Geral, foi ratificado o Programa de Remuneração Baseada em Ações da Companhia – *Performance Shares* – 2024, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2024. Tal Programa estabelece que cada série de outorga de ações receberá a letra "D" seguida de um número. A primeira outorga de ações sob os termos deste Programa recebeu a letra D1 e as séries subsequentes a letra D e o número subsequente. A quantidade de ações outorgadas por cada série a cada um de seus beneficiários será recalculada após o período de 36 meses contados da data da outorga, de acordo com um fator multiplicador de desempenho baseado no TSR (*Total Shareholder Return* - Retorno Total aos Acionistas) da ação da Companhia em comparação a um grupo de empresas de mercado também listadas na bolsa de valores, afetando todas as ações outorgadas. Em junho de 2024, foram outorgadas 17.157 milhares de ações no âmbito de tal Programa, sob a série D1.

O valor justo de cada ação concedida é R\$ 3,39 estimado na data de concessão usando o *modelo Monte Carlo* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série D1: (a) expectativa de dividendos de 0,00%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 53,97% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 11,39%.

Considerando o plano de remuneração baseado em ações, aprovado em Assembleia Geral realizada em 29 de abril de 2024, no âmbito do qual foi instituído o Programa de *Performance Shares* – 2024, em 2026, a Companhia assinou com alguns colaboradores planos de remuneração baseada em ações aprovados por seus órgãos de governança, no âmbito dos quais foram instituídos programas de outorga de opções de compra (E1) e ações restritas (F1). Tais instrumentos conferem aos participantes o direito de receber ou adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia, condicionados ao cumprimento de requisitos de permanência (*vesting*) e ao atingimento de metas de desempenho a serem estabelecidas pelo Conselho de Administração.

As informações relativas aos planos vigentes estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	Data de exercício	Preço de exercício na data da outorga	30.06.2026			
				Quantidade de opções (em milhares)			
				Outorgadas	Exercidas	Canceladas (*)	Vigentes
Série B10 (**)	31/05/2023	31/05/2026	0,01	4.875	(3.593)	(1.282)	-
Série D1 - 1ª Tranche	01/06/2024	31/05/2027	-	5.719	-	(4.791)	928
Série D1 - 2ª Tranche	01/06/2024	31/05/2028	-	5.719	-	(4.791)	928
Série D1 - 3ª Tranche	01/06/2024	31/05/2029	-	5.719	-	(4.791)	928
Série E1	05/01/2026	05/01/2029	-	1.909	-	-	1.909
Série F1 - 1ª Tranche	05/01/2026	05/01/2027	0,01	508	-	-	508
Série F1 - 2ª Tranche	05/01/2026	05/01/2028	0,01	508	-	-	508
Série F1 - 3ª Tranche	05/01/2026	05/01/2029	0,01	508	-	-	508
				25.465	(3.593)	(15.655)	6.217

(*) Referem-se a determinadas opções concedidas no âmbito do plano de remuneração baseado em ações que foram canceladas em decorrência do desligamento de executivos da Companhia, nos termos e condições previstos no respectivo regulamento do plano.

(**) O plano de opção da série B10 foi encerrado em 31 de maio de 2026, data em que ocorreu o exercício da totalidade das opções outorgadas. Dessa forma, não existem opções remanescentes em aberto ou direitos passíveis de exercício após essa data.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da quantidade de opções outorgadas, a média ponderada do preço de exercício e a média ponderada do prazo remanescente são apresentadas no quadro abaixo:

	Ações	Média ponderada do preço de exercício	Média ponderada do prazo contratual remanescente
	Em milhares	R\$	Em anos
Total a exercer em 31 de dezembro de 2025	13.384	0,01	1,95
Outorgadas durante o período	3.433	0,01	
Canceladas durante o período	(5.123)	0,01	
Exercidas durante o período	(5.477)	0,01	
Total a exercer em 30 de junho de 2026	6.217	0,01	2,02

O valor registrado no resultado da Controladora e Consolidado em 30 de junho de 2026 foi uma despesa de R\$1 (Despesa de R\$14 em 30 de junho de 2025).

23.3 Programa de remuneração baseado na variação do valor das ações (Phantom Stock Options)

Em 16 de abril de 2024, a Companhia celebrou contrato com determinados administradores elegíveis, instituindo programa de incentivo de longo prazo com pagamento em dinheiro referenciado ao valor de suas ações.

O programa previa a outorga gratuita de 9.114.149 *phantom shares*, condicionadas à permanência do beneficiário como colaborador. Cada *phantom share* corresponde a uma ação ordinária da Companhia, sujeita à variação de seu preço. O período de carência total era de três anos, com *vesting* de 25% após 12 meses, 25% após 24 meses e 50% após 36 meses, sendo esta última parcela vinculada ao desempenho da ação, podendo variar de 0% a 200%.

Em 31 de março de 2026, o programa foi encerrado em razão da inexistência de participantes elegíveis remanescentes, com a baixa do passivo correspondente e pagamento proporcional (*pro rata*) dos direitos adquiridos até então, conforme regulamento. O efeito no resultado do período foi um ganho de R\$ 2.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Receita de venda de bens e/ou serviços

As informações detalhadas de receita de venda de bens e/ou serviços foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 25.

24.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Receita operacional bruta				
Mercadorias	9.391	10.036	9.392	10.036
Prestação de serviços e outros	96	81	174	152
Devoluções e cancelamento de vendas	(24)	(30)	(24)	(30)
	9.463	10.087	9.542	10.158
 Impostos sobre vendas	 (934)	 (710)	 (940)	 (715)
Receita operacional líquida	8.529	9.377	8.602	9.443

25. Despesas por natureza

As informações detalhadas de despesas por natureza foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 26.

25.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Custo com estoques	(5.360)	(6.208)	(5.372)	(6.215)
Despesas com pessoal	(1.247)	(1.289)	(1.274)	(1.314)
Serviços de terceiros	(207)	(233)	(216)	(242)
Despesas funcionais	(459)	(418)	(459)	(418)
Despesas comerciais	(276)	(308)	(278)	(309)
Outras despesas	(173)	(201)	(183)	(206)
	(7.722)	(8.657)	(7.782)	(8.704)
 Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	 (5.959)	 (6.833)	 (5.982)	 (6.848)
Despesas com vendas	(1.527)	(1.522)	(1.531)	(1.525)
Despesas gerais e administrativas	(236)	(302)	(269)	(331)
	(7.722)	(8.657)	(7.782)	(8.704)

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

do trimestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Outras despesas operacionais, líquidas

As informações detalhadas de outras despesas operacionais, líquidas foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 27.

26.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Parcelamento de impostos e contingências tributárias (*)	(235)	63	(235)	63
Gastos com integração e reestruturação	(76)	(142)	(76)	(143)
Resultado com ativo imobilizado e intangível (**)	(572)	5	(572)	5
Outros (***)	308	-	308	-
Total	(575)	(74)	(575)	(75)

(*) Inclui o valor de R\$ 145 referente à adesão ao Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários do Estado do Rio de Janeiro, instituído pela Lei Complementar nº 225/2025, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.1.

(**) Inclui o valor de R\$ 348 referente à baixa do ativo intangível, apresentada na nota explicativa nº 15.1.

(***) R\$ 289 refere-se a créditos tributários reconhecidos para compensação de IRPJ/CSLL e R\$ 19 de ganho apurado na baixa de investimento da Stix (nota explicativa nº 1.1).

27. Resultado financeiro, líquido

As informações detalhadas de resultado financeiro, líquido foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 28.

27.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Despesas financeiras:				
Custo da dívida (*)	(326)	(303)	(322)	(302)
Custo com antecipação de recebíveis	(51)	(43)	(51)	(44)
Atualizações monetárias passivas	(139)	(147)	(139)	(147)
Juros sobre passivo de arrendamento	(252)	(254)	(252)	(254)
Outras despesas financeiras	(79)	(51)	(77)	(51)
Total de despesas financeiras	(847)	(798)	(841)	(798)
Receitas financeiras:				
Rentabilidade de equivalentes de caixa e aplicações financeiras	8	9	20	40
Atualizações monetárias ativas	51	132	52	134
Outras receitas financeiras	4	2	3	2
Total de receitas financeiras	63	143	75	176
Total	(784)	(655)	(766)	(622)

(*) inclui os efeitos do *hedge* do período.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Lucro (prejuízo) por ação

As informações de prejuízo por ação foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025, na nota explicativa nº 29.

28.1 Composição

O quadro a seguir apresenta a determinação do prejuízo líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias em circulação utilizadas para calcular o prejuízo básico e diluído por ação em cada período apresentado:

	30.06.2026	30.06.2025
Numerador básico		
Prejuízo básico alocado e não distribuído op. continuadas	(1.550)	(269)
Prejuízo básico alocado e não distribuído op. descontinuadas	(139)	(116)
Prejuízo líquido alocado disponível para acionistas	(1.689)	(385)
Denominador básico (milhões de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	493	490
Prejuízo básico por ação (R\$) - operações continuadas	(3,14672)	(0,54886)
Prejuízo básico por ação (R\$) - operações descontinuadas	(0,28219)	(0,23668)
Prejuízo básico por ação (R\$) - total	(3,42891)	(0,78554)
Numerador diluído		
Prejuízo diluído alocado e não distribuído op. continuadas	(1.550)	(269)
Prejuízo diluído alocado e não distribuído op. descontinuadas	(139)	(116)
Prejuízo líquido alocado disponível para acionistas	(1.689)	(385)
Denominador diluído		
Média ponderada da quantidade de ações (milhões)	493	490
Opções de compra de ações	13	22
Média ponderada diluída das ações (milhões)	506	512
Prejuízo diluído por ação (R\$) - operações continuadas	(3,14672)	(0,54886)
Prejuízo diluído por ação (R\$) - operações descontinuadas	(0,28219)	(0,23668)
Prejuízo diluído por ação (R\$) - total	(3,42891)	(0,78554)

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Informações sobre os segmentos**29.1 Composição**

As informações sobre os segmentos foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 2025 na nota explicativa nº 30. Não há alteração de apresentação no período.

Descrição	Varejo		Outros negócios		Total	
	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Receita líquida de vendas	8.541	9.388	61	55	8.602	9.443
Lucro bruto	2.575	2.552	45	43	2.620	2.595
Depreciação e amortização	(463)	(514)	(10)	(9)	(473)	(523)
Equivalência patrimonial	35	36	-	-	35	36
Lucro (prejuízo) operacional	(194)	177	1	-	(193)	177
Resultado financeiro líquido	(776)	(631)	10	9	(766)	(622)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL	(970)	(454)	11	9	(959)	(445)
IR e CSLL	(586)	182	(3)	(4)	(589)	178
Lucro (prejuízo) de op. Continuadas	(1.556)	(272)	8	5	(1.548)	(267)
Prejuízo de op. Descontinuadas	(139)	(116)	-	-	(139)	(116)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(1.695)	(388)	8	5	(1.687)	(383)
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Ativo circulante	4.398	5.585	-	275	4.398	5.860
Ativo não circulante	11.140	12.486	23	80	11.163	12.566
Passivo circulante	8.463	6.801	7	283	8.470	7.084
Passivo não circulante	6.682	9.217	-	1	6.682	9.218
Patrimônio líquido	393	2.053	16	71	409	2.124

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Informações complementares de Fluxo de Caixa**30.1 Transações não caixa**

A Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

- Compras de imobilizado que ainda não foram pagos: na nota 14.2;
- Compras de ativo intangível que ainda não foram pagos: na nota 15.1;
- Novos contratos de arrendamento mercantil: na nota 21.2;
- Programa de Transação disciplinado pela Procuradoria do Estado de São Paulo: na nota 18.1;
- Valores indenizatórios a receber relacionados a contingências de IRPJ/CSLL: na nota 9.

30.2 Apresentação dos Juros

A Companhia classifica os juros e instrumentos financeiros derivativos atrelados à dívida como atividades de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa.

31. Ativos mantidos para venda ou distribuição

A Companhia tem negociações em curso que objetivam a venda de postos de combustíveis localizados em diversas regiões do Brasil por meio de várias transações com diferentes potenciais compradores (nota explicativa nº 1.2), além da transação da alienação do investimento na Bellamar (nota explicativa nº 1.3).

31.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
Postos de Combustíveis	52	50	52	53
Investimento Bellamar	291	320	291	320
Ativos mantidos para venda ou distribuição	343	370	343	373
Postos de Combustíveis	47	71	50	78
Passivos relacionados aos ativos mantidos para venda ou distribuição	47	71	50	78

32. Operações descontinuadas**32.1 Operação descontinuada - Extra Hiper, ex-subsidiárias e postos de combustíveis**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia iniciou o processo de desmobilização e descontinuidade das operações da bandeira Extra Hiper, cujo resultado líquido passou a ser apresentado como operação descontinuada.

A Companhia também permanece responsável por determinadas contingências tributárias e trabalhistas relacionadas à sua antiga subsidiária Globex.

Adicionalmente, as negociações para alienação dos postos de combustíveis foram concluídas e a transação encontra-se em fase de atendimento e conclusão das condições precedentes, portanto, a operação está apresentada como descontinuada. Segue abaixo a demonstração do resultado:

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
do trimestre findo em 30 de junho de 2026
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2026	30.06.2025
Receita líquida de vendas	384	704
Lucro bruto	35	60
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(139)	(116)
Prejuízo do período	(139)	(116)

32.2 Reconciliação do prejuízo líquido de operações descontinuadas

	30.06.2026	30.06.2025
Operação descontinuada Extra Hiper e ex-subsidiárias	(151)	(151)
Postos de Combustíveis	12	35
Prejuízo das operações descontinuadas	(139)	(116)

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Nesta seção, nos termos da Resolução CVM nº80/22, a Companhia deve confrontar as projeções divulgadas com os valores efetivamente realizados.

Conforme divulgado em Fato Relevante em 04 de novembro de 2025, a Companhia estabeleceu o Plano de Eficiência 2026, com foco na otimização de custos, despesas e investimentos. Nesse contexto, foram definidas duas projeções principais: (i) investimentos em Capex para 2026, contemplando aquisições de ativo imobilizado e investimentos em ativos intangíveis, estimados entre R\$ 300 milhões e R\$ 350 milhões; e (ii) redução de despesas e custos operacionais, principalmente relacionados ao suporte às operações de lojas e à estrutura administrativa, de pelo menos R\$ 415 milhões.

• Projeção de Capex

No 1S26, os investimentos em Capex totalizaram R\$ 162 milhões, representando redução de R\$ 195 milhões, ou 55%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução decorre, principalmente, de menores investimentos em expansão de lojas, com redução de R\$ 96 milhões, além da diminuição dos investimentos em tecnologia da informação e logística, com diminuição de R\$ 93 milhões.

Considerando a projeção anual divulgada, o volume investido no semestre corresponde a 54,1% da base inferior do intervalo projetado de R\$ 300 milhões e a 46,4% do limite superior de R\$ 350 milhões.

• Projeção de Despesas

Já em relação à projeção de despesas, foi definido um perímetro de despesas para alcançar a redução de, pelo menos, R\$ 415 milhões.

Definições:

O perímetro será chamado de “Despesas Operacionais Consideradas” e correspondente ao (i) total de custos de mercadoria vendida e despesas com vendas, Gerais e Administrativas, (ii) deduzidos dos custos de estoque; depreciações e amortizações, depreciação logística e outros custos e despesas; e (iii) acrescidos dos pagamentos de passivo de arrendamento e juros.

O perímetro de “Despesas Operacionais Consideradas” objeto desta projeção, e que deve ser considerado para a redução de R\$ 415 milhões, é constituído da seguinte forma: (i) apuração do perímetro de “Despesas Operacionais Consideradas” para o ano de 2025, que totalizou R\$ 5.778 milhões; (ii) ajustado pela expectativa de inflação da Companhia, à época da divulgação da projeção, e pelos fechamentos e aberturas de lojas realizados em 2025, que totalizou +5,3% de ajuste. Assim, o perímetro de “Despesas Operacionais Consideradas 2026 ou “Baseline 2026”, que deve ser considerado para o cálculo da projeção, é de R\$ 6.086 milhões.

De modo a acompanhar o progresso da projeção, a Companhia dividiu os R\$ 6.086 milhões trimestralmente de acordo com seu orçamento, onde foi estabelecido que, para o 1º trimestre de 2026, o valor das “Despesas Operacionais Consideradas de 2026” é de R\$ 1.508 milhões e para o 2º trimestre de 2026 esse valor corresponde a R\$ 1.535 milhões.

Analizando o primeiro semestre de 2026, o valor das “Despesas Operacionais Consideradas de 2026” correspondeu a R\$ 3.042 milhões

Definido o perímetro de análise, para o 1S26, a Companhia apresentou um gasto de **R\$ 2.798 milhões** que, quando comparado com as “Despesas Operacionais Consideradas 2026” para o 1S26 de **R\$ 3.042 milhões**, houve uma diminuição de **R\$ 244 milhões, equivalente a 58,9% da meta anual de redução de R\$ 415 milhões.**

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Brasileira de Distribuição
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.6 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que indica que a Companhia Brasileira de Distribuição incorreu no prejuízo de R\$ 1.689 milhões durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 4.125 milhões e R\$ 4.072 milhões, individual e consolidado, respectivamente. Em 5 de maio de 2026, a Companhia protocolou o Plano de Recuperação Extrajudicial aprovado pela maioria dos credores, para ser deferido e homologado judicialmente, o qual encontra-se pendente na presente data.

Conforme apresentado na Nota 1.6, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota 1.6, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

A auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e a revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, relativas ao período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2025, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria e de revisão sem modificação, datados em 24 de fevereiro de 2026 e 05 de agosto de 2025, respectivamente.

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão

de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 4 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Leonardo Lucas Heron Rebelo da Silva
Contador CRC PR 057007/O

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Companhia, cumprindo com os deveres estatutários e legais, com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e pelos auditores independentes, os membros titulares do Conselho Fiscal, abaixo assinados, opinaram pela aprovação das Demonstrações Financeiras Intermediárias e Consolidadas referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2026.

São Paulo, 4 de agosto de 2026

Marcos Reinaldo Severino Peters – Presidente

Maria Elvira Lopes Gimenez – Membro efetivo

Rômulo Santos Siqueira – Membro efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI, do § 1º, do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, autorizando a conclusão nesta data.

São Paulo, 4 de agosto de 2026.

Diretoria

Alexandre de Jesus Santoro
Diretor Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V, do § 1º, do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, emitido nesta data.

São Paulo, 4 de agosto de 2026.

Diretoria

Alexandre de Jesus Santoro
Diretor Presidente